

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E

CONTAS

1º SEMESTRE 2015

ÍNDICE

1.Mensagem do Conselho de Administração	3
2.Empresa	5
2.1.Ações De Formação	5
3.Arrendatários	6
3.1 Evolução Das Dívidas.....	6
3.2 Evolução Das Receitas.....	11
4.Jurídico	13
5. Área Social – serviço de ação social e intervenção local (SASIL).....	14
5.1 Abertura de processos de procura de Alojamento (PPA)	14
5.2 Atribuições e permutas.....	15
5.3 Gestão Social do parque habitacional.....	16
5.4 Outras Atividades.....	18
5.5 Protocolos	19
5.5.1. Atividades Socialmente Úteis - ASU	19
5.5.2 Programa Mun-Si	19
5.6 Visita a acampamento.....	19
5.7 Regulamento de atribuição e Gestão de Habitação Social	20
5.8 Transferências de Fogos Municipais	20
5.9 Candidatura CEI+.....	20
5.10 Projeto EPIS.....	20
5.10.1 Reuniões com Encarregados de Educação/Diretores de Turma	21
5.10.2 Formações EPIS	21
5.10.3 Ateliers Vocacionais de Verão.....	21
5.10.4 Plataforma EPIS.....	22
5.11 Residência Hospitalar.....	20
6.Património - serviço de intervenção técnica, estudo e projetos (sitep)	23
7.Fiscalização e gestão de condomínios	27
8.Relatório de contas do 1º semestre.....	28
8.1 Demonstração de Resultados	28
8.2 Balanço.....	31
8.3 Demonstração das alterações no capital próprio	34
8.4 Demonstração de Fluxos de Caixa	35
8.5 Anexo	44
8.6 Relação dos financiamentos	44
9.Parecer do fiscal único	46
Anexo I Demonstrações financeiras(em P.O.C.) para harmonização com as contas da câmara municipal da Fig. Foz	47

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O 1º semestre de 2015 apresentou desafios relevantes à empresa. O Conselho de Administração teve duas alterações na sua composição, atingindo assim a estabilidade desejada para uma cabal gestão desta Empresa Municipal.

Novo Regime Legal de Habitação Social - Com a entrada em vigor da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009 de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio, ficaram claras um conjunto de novas disposições legais com carácter imperativo que obrigam à alteração do Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Social da Figueira da Foz. O Conselho de Administração realizou um planeamento de trabalhos envolvendo toda a estrutura da Figueira Domus EM. que, de uma forma holística, quer por departamento, quer de forma transversal, sempre com a representação do Conselho de Administração, foi reunindo vários grupos de trabalho, aproveitando assim a larga experiência dos técnicos nesta área específica. Espera-se que para muito breve se possa concluir este nevrálgico processo, para que a proposta do novo regulamento possa ser alvo de escrutínio público e aprovação nos órgãos próprios.

Recursos Humanos - Dada a índole complexa das exigências quotidianas e dos enormes desafios na gestão social dos beneficiários e dos requerentes à habitação social, face aos poucos recursos humanos e materiais, o Conselho de Administração procurou reforçar o SASIL com mais técnicas através do "Programa Contrato Emprego-Inserção+", realizando assim duas candidaturas a este programa.

SGQ - O Conselho de Administração tomou a decisão de reimplementar o Sistema de Gestão de Qualidade assente na norma ISO 9001:2008. A empresa pretende com esta medida desenvolver processos internos tendentes a que a empresa no seu todo seja dotada de eficácia e eficiência, ajuste os seus objetivos estratégicos, procure satisfazer os seus arrendatários e produza uma melhoria contínua.

Passivo Bancário - O Conselho de Administração em conjunto com o acionista Município da Figueira da Foz, produziram um conjunto de negociações estruturais com a CGD com o fito de estabelecer um programa de reestruturação da dívida. A título de síntese, esta reestruturação visou a contratualização de um mútuo com o prazo de doze anos de valor de 6.200.000,00 euros para amortizar na íntegra duas operações de curto prazo contratadas no ano de 2002, amortizar as operações em mora e reduzir as taxas de juro contratuais. O contrato e escritura foram realizados no final do mês de Junho, o que representou um enorme esforço no sentido de fazer refletir este impacto no 1º semestre, para quanto antes normalizar o cumprimento de todas as operações de financiamento.

Dívida de Beneficiários - Verifica-se um aumento da dívida acumulada de arrendatários de habitação social no semestre face ao seu período homólogo de 2014 e 2013. Esta tendência assenta em grande parte na difícil conjuntura económica e numa enraizada cultura de incumprimento e, por isso, o Conselho de Administração está a desenvolver medidas que permitam controlar e atenuar tais incumprimentos.

Património - Foi realizada e escriturada a venda do fogo que foi anteriormente destinado à sede da empresa, cumprindo-se assim todas as disposições do contrato de promessa de compra e venda assinado em 29/12/2014.

Fiscal Único - Foi lançado o procedimento concursal de ajuste direto por convite a várias entidades enquadrado no regime geral do Código da Contratação Pública para Revisor Oficial de Contas da empresa, a fim de adequar esta função às atuais condições de mercado.

Conservação e Reparação - Este semestre é, ainda, revelador do esforço feito pela empresa na contínua reparação e conservação do parque habitacional, enquanto medida fulcral na preservação destes ativos e do claro contributo para uma melhor ambiência social. Este semestre revela uma variação positiva de 45% face ao 1º semestre de 2014.

Em suma: foi um semestre com enormes desafios onde é possível verificar um rigoroso sentido de adaptação às exigências legais e financeiras, fazendo um claro ajustamento entre estas, o objeto social da empresa e a orientação estratégia emanada pelo acionista Município da Figueira da Foz.

O Conselho de Administração, 27 de julho de 2015

O Conselho de Administração,

Presidente

António Joaquim Ribeiro da Silva Tavares

Administrador Executivo

Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves

Administrador Não Executivo

Hugo Manuel Ramos Rocha

2. EMPRESA

Com a entrada em vigor da Lei 81/2014 de 19 de dezembro, é de suma importância a adaptação do Regulamento de Gestão e Atribuição de Habitação Social, pelo que desde o segundo trimestre deste ano até à data realizam-se reuniões sectoriais para revisão e adaptação do documento.

Está a ser revisto e atualizado, gradualmente, o Sistema de Gestão da Qualidade, com o fito de melhorar e sistematizar a comunicação, tanto interna como externa.

A nível de Recursos Humanos a empresa efetuou 2 candidaturas a CEI+. No âmbito do programa ROMED II está concluída a primeira candidatura com um mediador e dinamizador de etnia cigana. A segunda, uma candidatura para dois Técnicos de Serviço Social está em fase de conclusão.

2.1. AÇÕES DE FORMAÇÃO

QUADRO 1 – FORMAÇÃO

Tema	Data	Carga Horária	Destinatários	Entidade
Código da Contratação Pública – Implicações decorrentes do orçamento de estado para 2015 o Parecer Prévio do INA Jurisprudência	08-jan	7 Horas	Jurídico	Quadros e Metas
Prestação de contas e a responsabilidade financeira das autarquias locais	14 e 15 jan.	14 Horas	Contabilista	Quadros e Metas
II Workshop nacional do Programa Europeu Romed 2	22 e 23 jan.	14 Horas	CA	ACM
Orçamento de Estado 2015 Implicações ao nível da gestão de recursos humanos na Administração Local	28-jan	7 Horas	Contabilista	Quadros e Metas
SIADAP – aspetos práticos de aplicação	06-fev	7 Horas	Contabilista	IGAP
Método Silva – Curso Silva Lie System	21 e 22 fev.	14 horas	SASIL e SAF	Silva Method International
Laços que magoam	27 fev	7 horas	SASIL	CAE
Seminário de habitação social municipal “Europa 2020, Habitação e Inclusão social”	27 e 28 fev.	10 Horas	SASIL, SITEP, Jurídico	APHM
O novo regime do arrendamento apoiado- o regime legal específico da atribuição das habitações sociais	04-mar	7 Horas	SASIL, Jurídico	Quadros e Metas
Conferência EPIS – Escolas de Futuro – Debate “Educação 2020- Agenda para uma legislatura”	17 mar	7 Horas	SASIL	Fundação Calouste Gulbenkian
O novo regime do arrendamento apoiado- o regime legal específico da atribuição das habitações sociais	18-mar	7 Horas	CA, SAF	Quadros e Metas
Programa Mon-Si - Campanha alimente bem esta família	31-mar	4 Horas	SASIL	CEIDSS
Estatuto, controlo e responsabilidade dos eleitos locais e dos gestores públicos do sector empresarial autárquico	09-abr	7 Horas	CA	Quadros e Metas
Seminário CVP - Aniversário 100 anos da Cruz Vermelha Portuguesa	05-jun	8 Horas	SASIL	CVP
Encerramento do Plano Municipal para a integração de Imigrantes da Figueira da Foz	29-jun	7 Horas	SASIL	CMFF e Parceiros

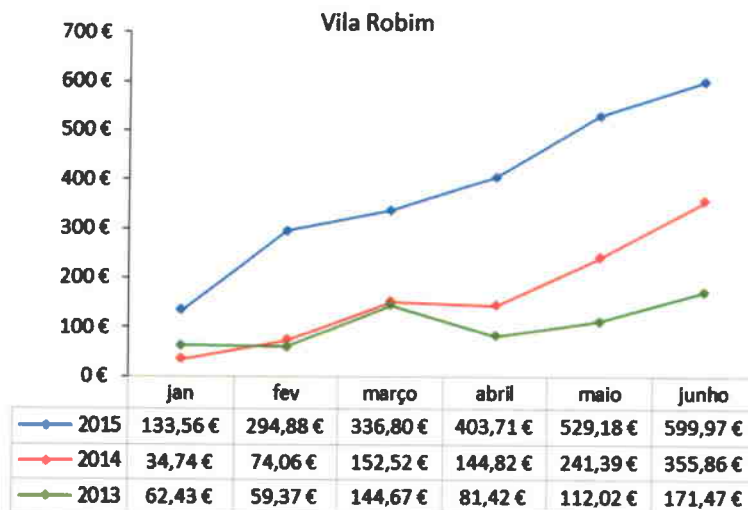
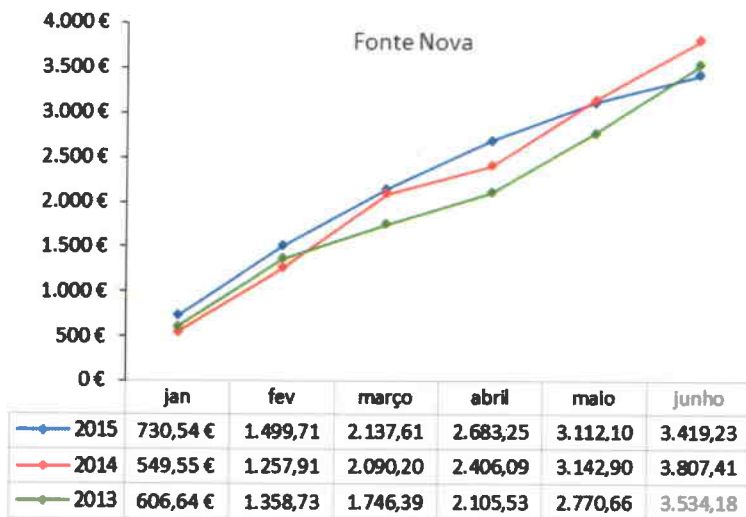


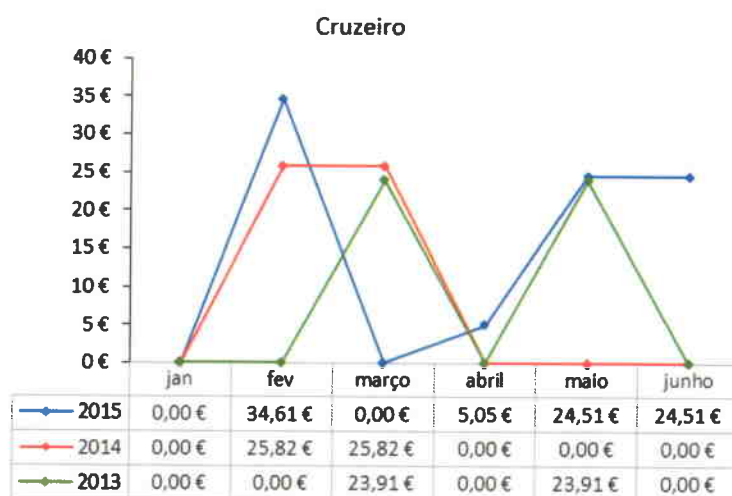
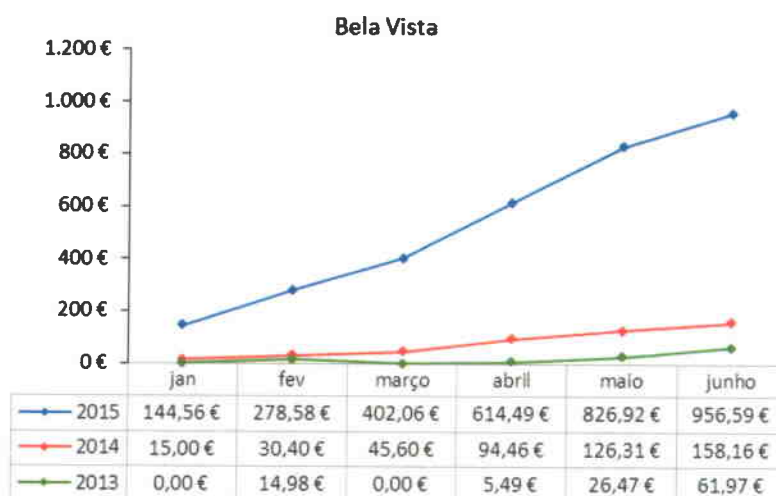
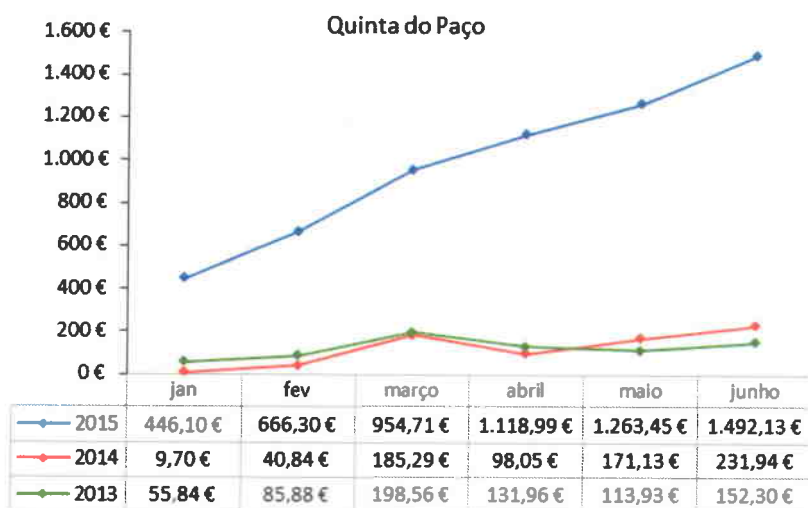
3. ARRENDATÁRIOS

3.1 EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS

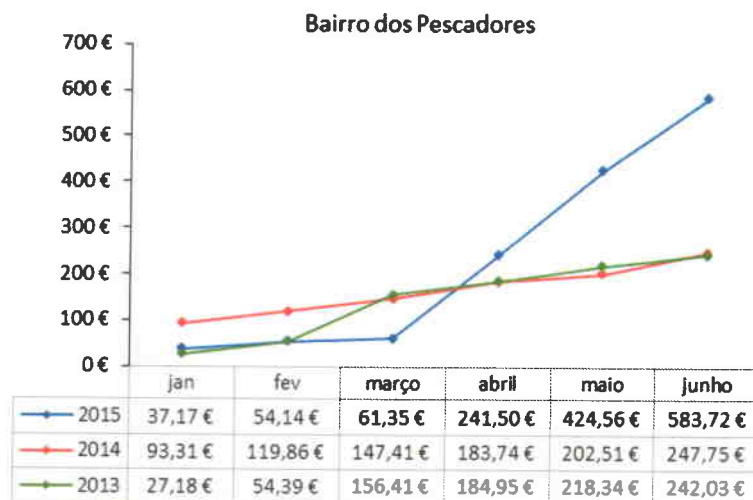
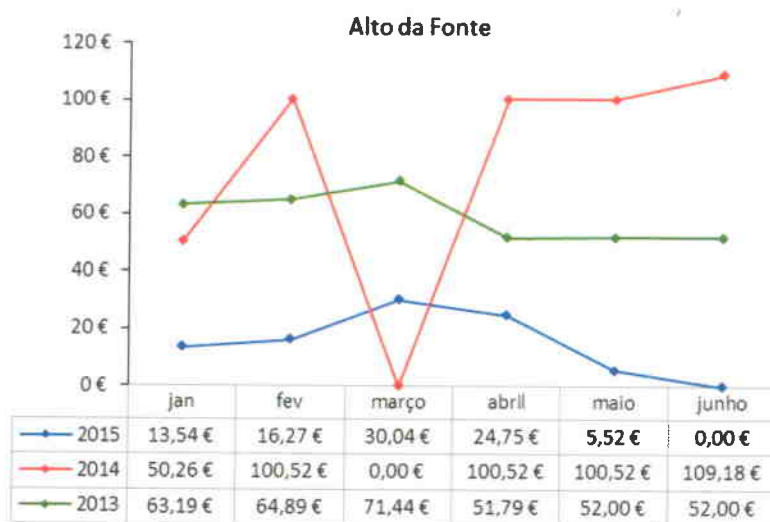
Os gráficos abaixo ilustram a evolução da dívida por bairros no 1º semestre de 2015, em comparação com os últimos dois semestres homólogos, em que o valor da dívida correspondente a cada mês, representa o total da dívida acumulada, em cada um dos anos.

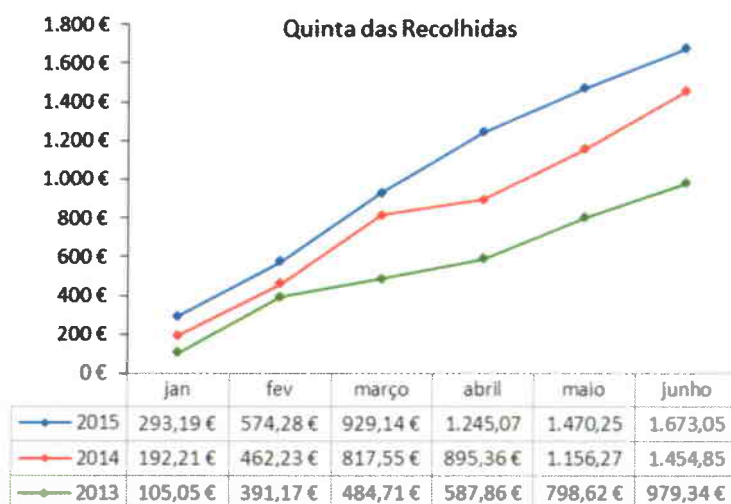
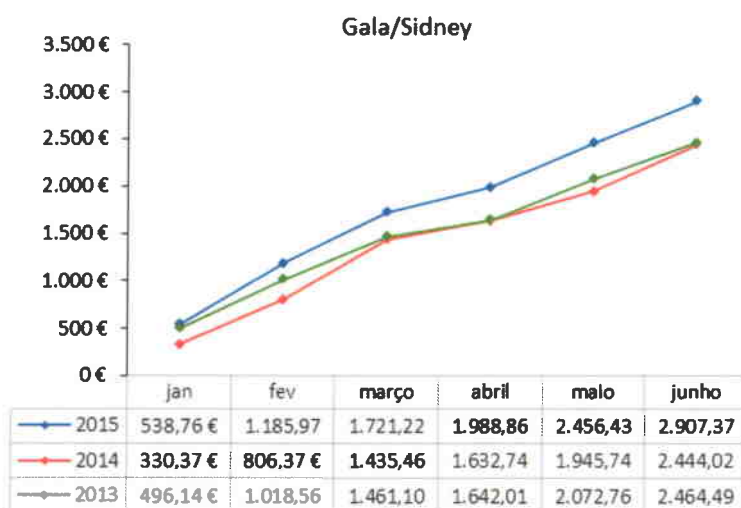
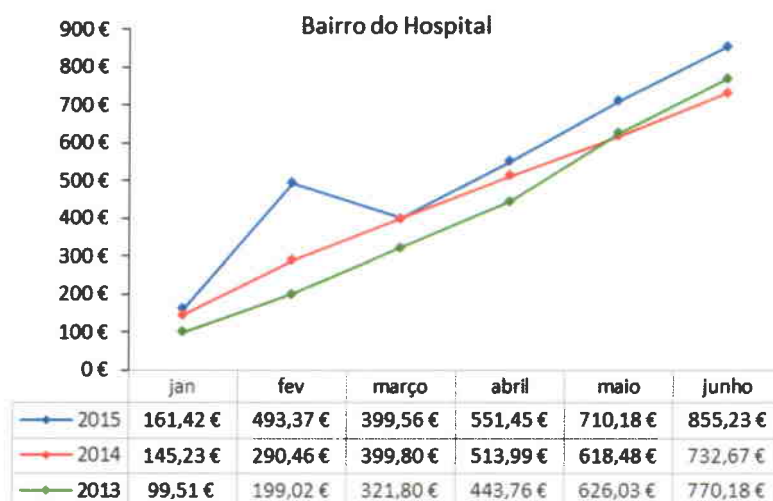
GRÁFICOS 1 A 14 - EVOLUÇÃO MENSAL DAS DÍVIDAS













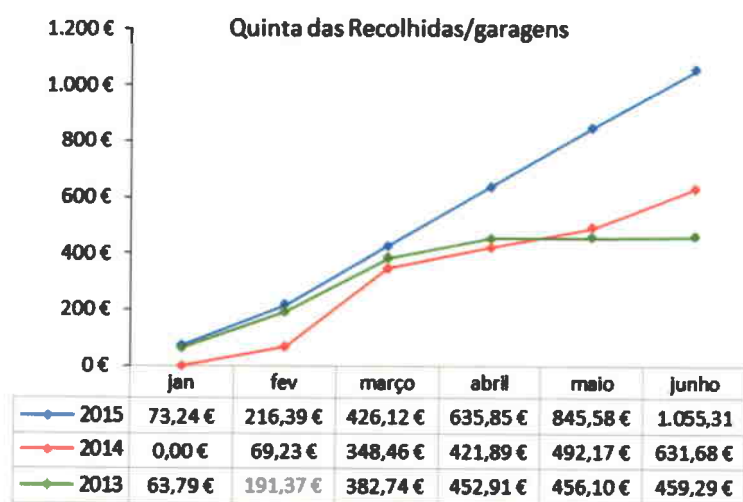
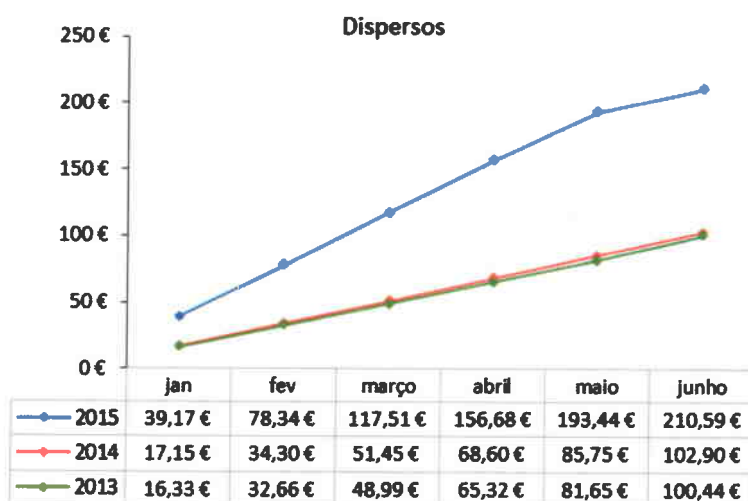
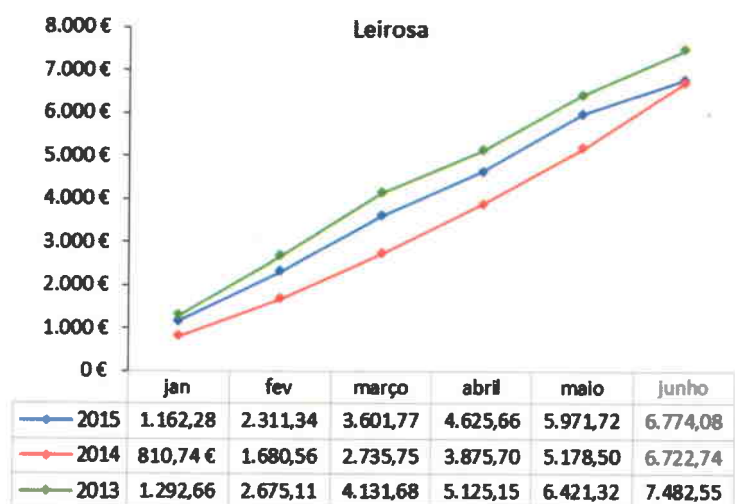
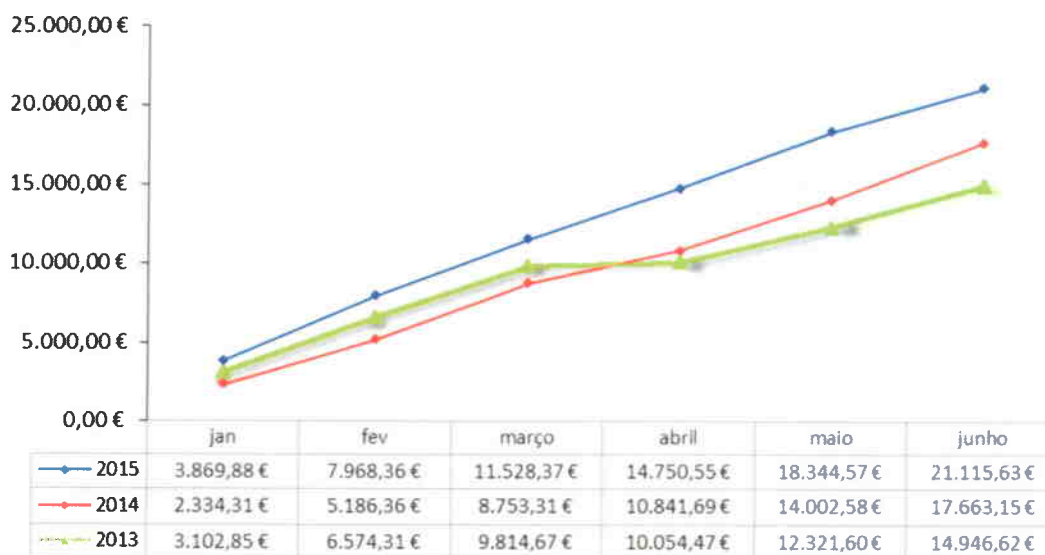


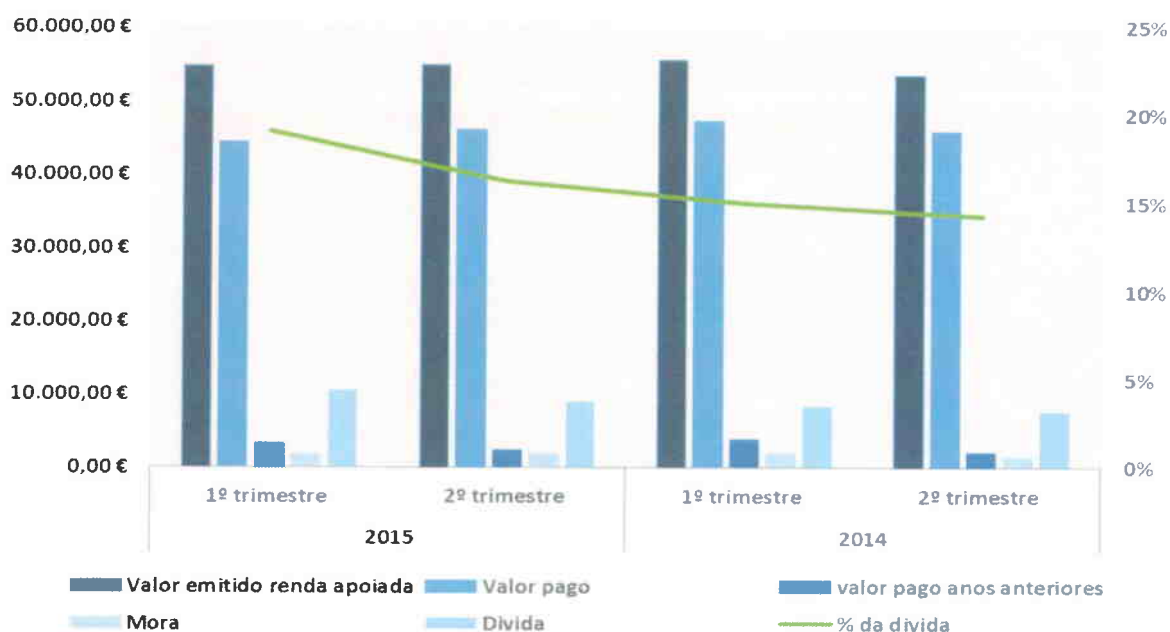
GRÁFICO 15 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA



3.2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

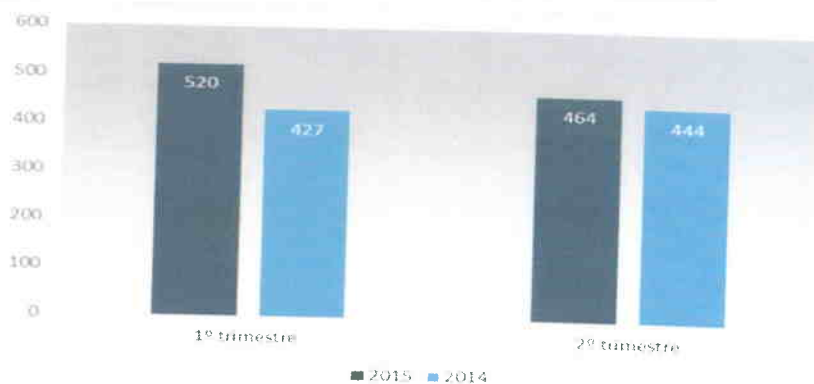
No 1º semestre de 2015, verifica-se um aumento relativamente ao período homólogo, em cerca de 0,71%, do valor das rendas emitidas em regime de arrendamento apoiado, tendo o valor pago diminuído em 2,89%, o que se refletiu no aumento da dívida em cerca de 21,68%.

GRÁFICO 16 - EVOLUÇÃO DA RECEITA / DÍVIDA - VALORES



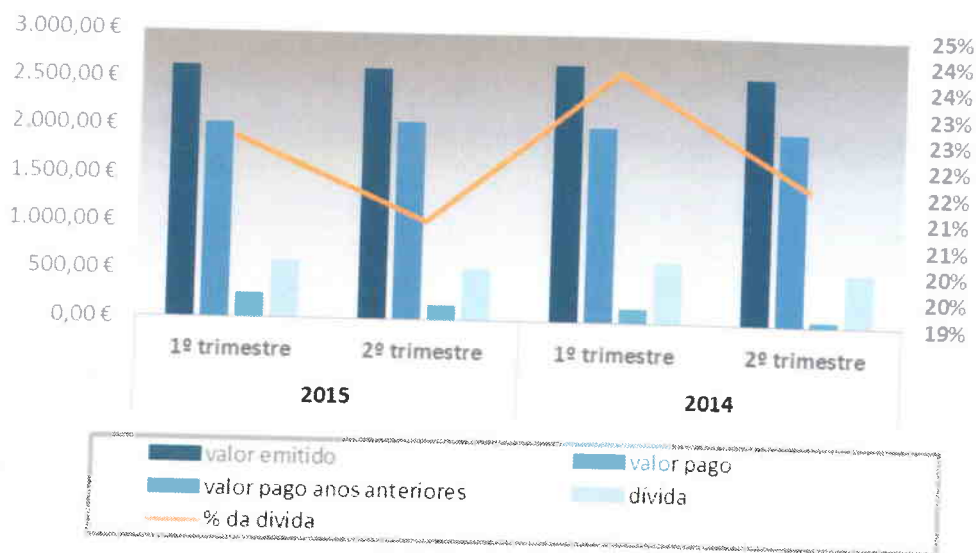
Handwritten signature and initials in blue ink.

GRÁFICO 17 – COMPARATIVO PERÍODO HOMÓLOGO NÚMERO DE DEVEDORES



Constata-se que à semelhança do aumento do valor da dívida no 1º semestre de 2015, também o número de devedores aumentou em cerca de 12,97% homologamente.

GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DA RECEITA/DÍVIDA DE CONDOMÍNIO E DESPESAS DE MANUTENÇÃO



Comparativamente ao período homólogo, registou-se uma diminuição do valor emitido das despesas de condomínio e manutenção em 0,05%.

Contrariamente ao aumento das dívidas das rendas emitidas em regime de arrendamento apoiado, houve uma diminuição do valor das dívidas de despesas de condomínio e manutenção, em cerca de 4,76%.

4. JURÍDICO

- Prestação de apoio e aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração, bem como aos diversos Serviços desta Empresa Municipal, nomeadamente SASIL, SITEP, SAF e SFGC;
- Visitas ao Bairros com Técnicos da Empresa, nomeadamente do SASIL e SITEP para contacto com arrendatários;
- Deslocações a Serviços de Finanças e Conservatórias para resolução de assuntos da Empresa;
- Notificações a arrendatários para regularização de rendas em atraso, solicitação de documentos, agendamento de deslocações à Empresa;
- Reuniões com arrendatários na Sede da Empresa;
- Preparação e redação de pontos a serem presentes em Reunião de Câmara;
- Realização de Alegações de Recurso, de revista excecional para o Supremo Tribunal de Justiça em sede de processo 2466/11.4TBFIG.C1;
- Realização de reclamação de créditos devidos à empresa municipal Figueira Domus, EM em sede de processo de insolvência de pessoa singular;
- Apresentação de queixa junto das forças de segurança relativas a danos em património da empresa municipal;
- Análise e estudo da implementação dos procedimentos legais relativos à Lei 81/2014, de 19 de Dezembro sobre o novo regime de arrendamento apoiado para a habitação;
- Preenchimento de documentação a ser enviada a entidades públicas;
- Elaboração de informações/jurídicas/pareceres solicitados pela Administração;
- Redação de documentos e minutas diversas;
- Acompanhamento dos Contratos de Trabalho e Prestação de Serviços relativos a funcionários desta Empresa;
- Análise e elaboração de pareceres relativos a funcionários da Empresa.

5. ÁREA SOCIAL – SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E INTERVENÇÃO LOCAL (SASIL)

As atividades desenvolvidas no 1º Semestre de 2015, pelo Serviço de Ação Social e Intervenção Local (SASIL), tiveram como objetivo cumprir o plano de atividades aprovado em Dezembro de 2014, incidindo em três vertentes fundamentais:

1. Receção e apreciação de pedidos de candidatura a procura de alojamento;
2. Atribuição de habitação em regime de arrendamento (renda apoiada);
3. Gestão social dos fogos que constituem o parque habitacional.

5.1 ABERTURA DE PROCESSOS DE PROCURA DE ALOJAMENTO (PPA)

No 1º semestre de 2015, procedeu-se ao registo de 30 Pedidos de Procura de Alojamento (PPA).

GRÁFICO 19 – ABERTURA DE PPA

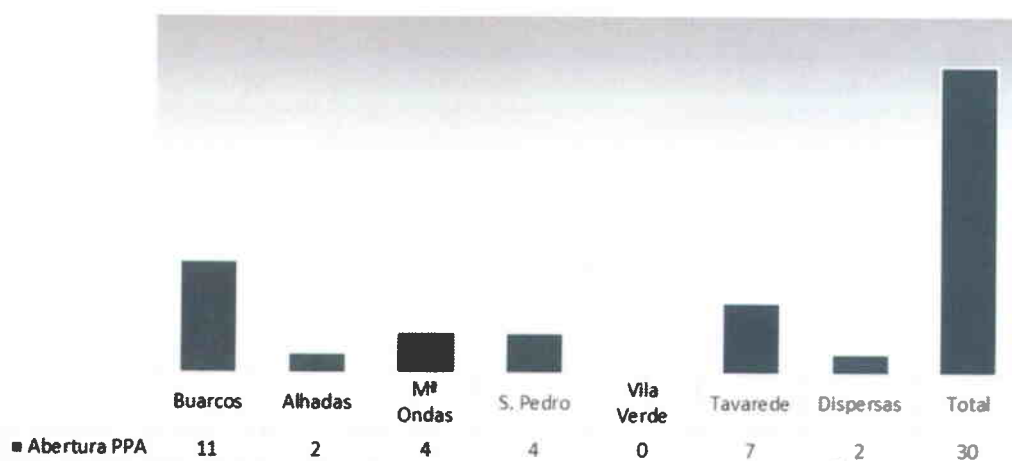
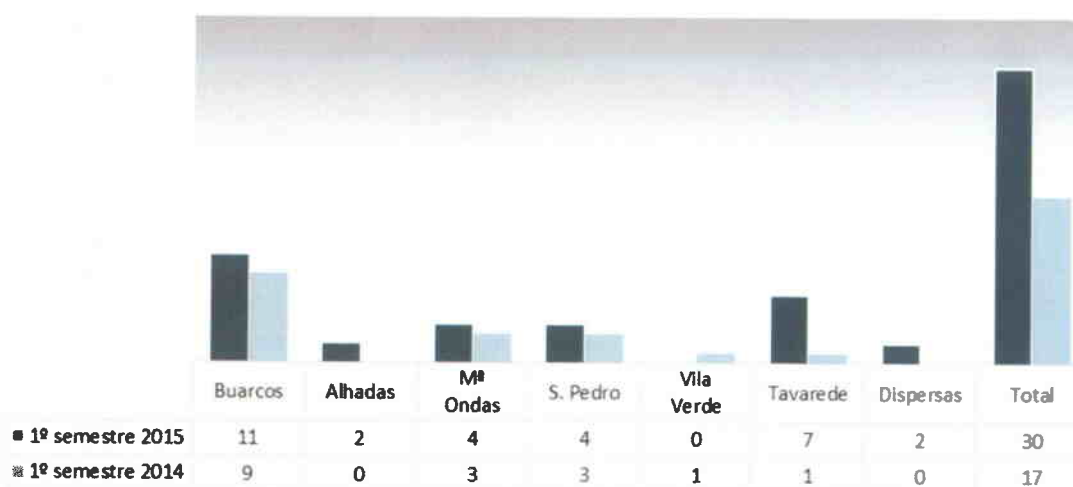


GRÁFICO 20 – COMPARATIVO DE ABERTURA DE PPA



Relativamente ao 1º semestre de 2014 constatou-se um aumento de 76,4% de abertura de processos de pedido de Alojamento.

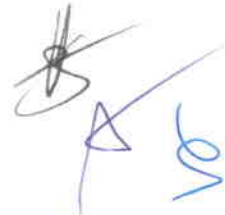
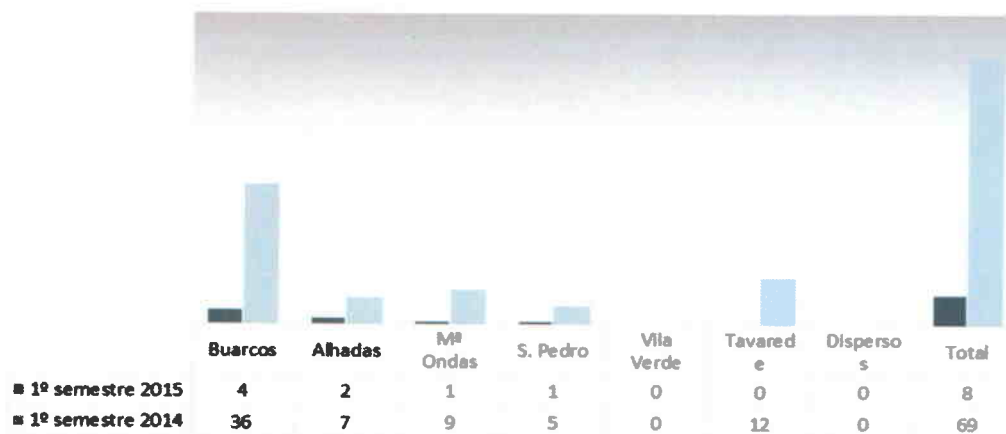

 AS

GRÁFICO 21 – VERIFICAÇÕES HABITACIONAIS



Efetuaram-se 8 verificações habitacionais de processos de pedido de habitação em várias freguesias do Concelho.

GRÁFICO 22 – COMPARATIVO DE VERIFICAÇÕES HABITACIONAIS



Comparativamente com o 1º semestre de 2014 constatou-se uma redução de 88,4% relativamente ao número de verificações habitacionais efetuadas

Pela análise dos gráficos constata-se uma enorme discrepância relativamente às verificações habitacionais efetuadas. Tal se justifica pela entrada em vigor da nova Lei de Atribuição de Habitação Social 81/2014, de 19 de Dezembro, que implica uma série de procedimentos no sentido de adaptação do regulamento existente à nova legislação, encontrando-se suspensas as verificações habitacionais, exceto as de cariz de emergência social.

5.2 ATRIBUIÇÕES E PERMUTAS

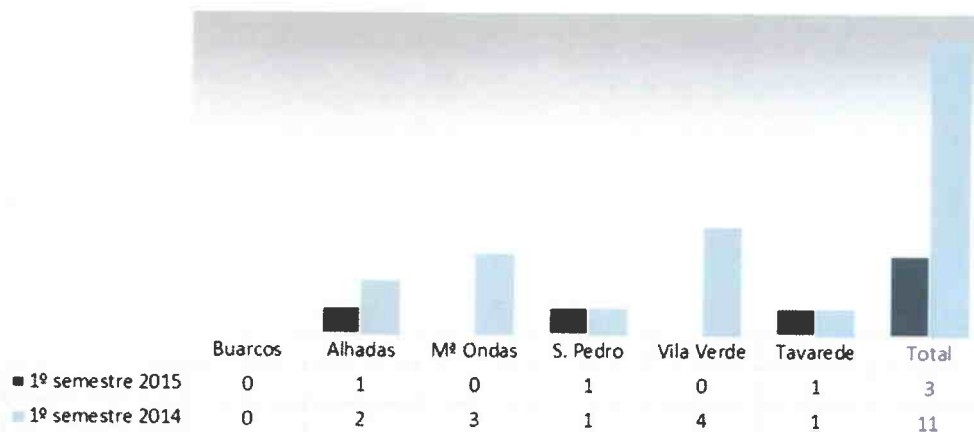
No 1º semestre de 2015 efetuaram-se 3 atribuições em fogos que se encontravam devolutos.

QUADRO 2 - FOGOS ATRIBUÍDOS POR FREGUESIA

Freguesia	Bairro	Fogos Atribuidos
Alhadas	Fonte Nova	1
S. Pedro	Gala/Sidney	1
Tavarede	Vila Robim	1
Total		3



QUADRO 3 – COMPARATIVO DE FOGOS ATRIBUÍDOS POR FREGUESIA



Comparativamente com o 1º semestre de 2014 constatou-se uma redução de 72,7% relativamente ao número de atribuições efetuadas. Este facto deve-se à adaptação do Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação Social da Figueira Domus, EM à Lei 81/2014, de 19 de dezembro, que implica um conjunto de alterações substanciais nas premissas de avaliação de cada um dos pedidos de alojamento e que consequentemente implica que apenas quando todos os PPA tiverem sido novamente verificados e pontuados ao abrigo da nova matriz e novas regras legais, se possam efetuar atribuições com justiça, equidade e transparência.

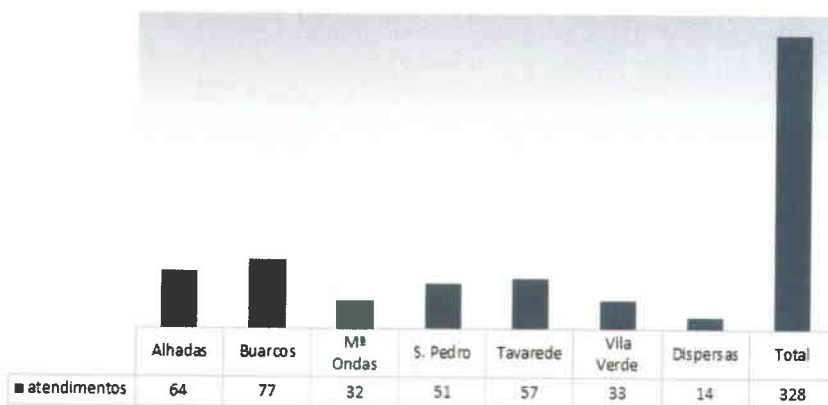
À semelhança de todas as atribuições efetuadas pela Figueira Domus, aquando da entrega da chave do fogo, elucidaram-se os futuros arrendatários sobre os seus direitos e deveres como moradores.

Não se realizaram transferências de agregados familiares para outros fogos.

5.3 GESTÃO SOCIAL DO PARQUE HABITACIONAL

Dando continuidade ao modelo de gestão integrada e descentralizada, privilegiou-se o contacto direto com os beneficiários de habitação social e munícipes tendo-se efetuado 328 atendimentos.

GRÁFICO 23 - ATENDIMENTOS REALIZADOS



Os problemas apresentados pelos utentes, nestes atendimentos, são diversos, sendo na sua maioria relacionados com:

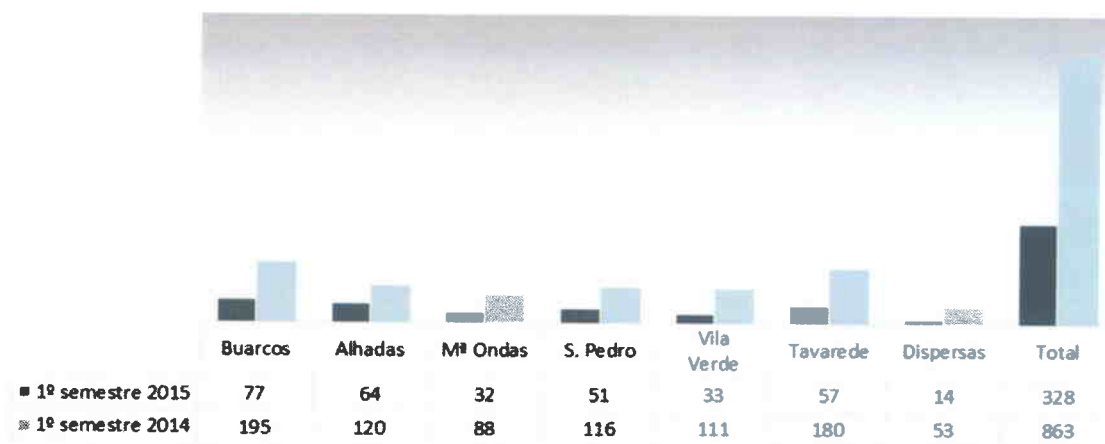
- Atualização dos processos de pedido de alojamento relacionados com situações de mudança de residência, alteração de rendimentos, alteração da composição do agregado familiar;
- Carência habitacional grave devido a iminentes ações de despejo;



- Pedidos de reavaliação do valor da renda, por parte de arrendatários, em função das alterações de rendimentos, situações de desemprego ou alteração da composição dos agregados familiares;
- Necessidade de mobília, eletrodomésticos e outros equipamentos;
- Pedidos de autorização de residência nos fogos municipais para outros elementos com ligação familiar;
- Conflitos de vizinhança e gestão dos espaços comuns, tais como: queixas diversas relativas aos seus vizinhos, falta de limpeza dos espaços comuns, falta de interesse e colaboração de alguns arrendatários na conservação e limpeza dos espaços.

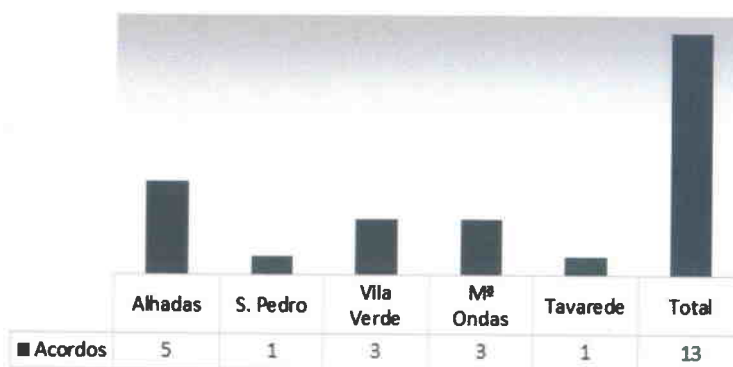
É preocupação desta empresa que se preste um serviço de qualidade a todos quanto dela necessitam, tendo sempre presente as carências sociais da “população alvo” a que se destina.

GRÁFICO 24 – COMPARATIVO DE ATENDIMENTOS



Comparativamente com o 1º semestre de 2014 constatou-se uma redução de 61,9% do número de atendimentos realizados. Esta disparidade justifica-se com uma diferente abordagem de atendimento por parte da administração e dos serviços técnicos, privilegiando o paradigma qualitativo no atendimento com registo formal do mesmo e acompanhamento das ações a realizar. Este modelo promove a diminuição de atendimentos repetidos em curto espaço de tempo e permite monitorizar a evolução dos processos ao abrigo do Sistema de Gestão de Qualidade.

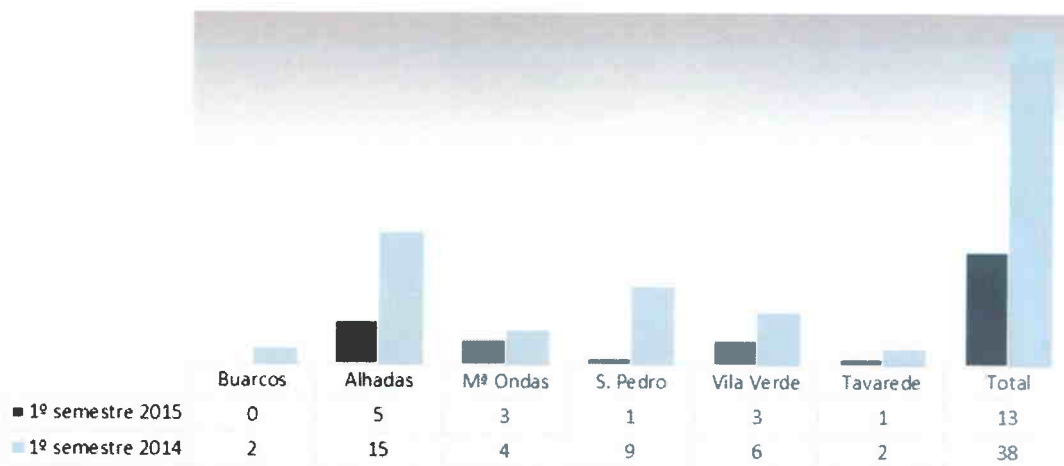
GRÁFICO 25 - ACORDOS EFETUADOS



Com o objetivo, de diminuir o número de devedores, foram efetuados 13 acordos para pagamento de rendas em atraso, de modo a facilitar o pagamento da dívida.


 AS

GRÁFICO 26 - COMPARATIVO DE ACORDOS EFETUADOS



Relativamente ao semestre de 2014 constatou-se um decréscimo de 65,8 % nos acordos efetuados.

Foram efetuadas, regularmente, visitas domiciliárias aos moradores dos Bairros Sociais com o intuito de os sensibilizar para a estima e conservação da habitação que lhes foi atribuída e para práticas de boa vizinhança, bem como para dar resposta a algumas reclamações/denúncias dirigidas à empresa.

O SASIL procedeu ao acompanhamento do SITEP às várias vistorias de fogos efetuadas nos diversos bairros sociais.

Efetuaram-se atualizações de composição dos agregados familiares e respetivos rendimentos, quer por solicitação dos titulares quer por iniciativa das técnicas, quando detetadas situações cujas alterações se consideraram pertinentes.

O SASIL procedeu ainda à elaboração de informações e de relatórios de atividades inerentes às funções deste departamento.

5.4 OUTRAS ATIVIDADES

Realizaram-se reuniões com Presidentes de Junta de Freguesia e com outros parceiros, no sentido de encontrar solução para preocupações apresentadas, relativas a munícipes com grave carência habitacional.

Em colaboração com o Núcleo Local de Intervenção (NLI) e em articulação com as técnicas do Serviço Local da Segurança Social, deu-se continuidade ao procedimento acordado entre a Figueira Domus e esta entidade, de incluir no Plano de Inserção do Utente a obrigatoriedade do pagamento das rendas e acordos de pagamento, fornecendo-se informação mensal, ou sempre que necessário, para apresentação em reunião de NLI sobre o cumprimento/incumprimento dos acordos, por parte dos beneficiários de habitação social.

O SASIL, em representação da Figueira Domus, esteve presente em 6 reuniões do NLI.

No âmbito do programa de Rede Social, as técnicas estiveram presentes em 17 reuniões de Comissão Social de Freguesia: 5 de Tavarede, 4 de Vila Verde, 4 de S. Pedro e 4 de Buarcos. Nestas reuniões foram focadas várias problemáticas sociais de carência habitacional, tentando os membros que integram as Comissões, solucionar-las de forma adequada e tendo em linha de conta os recursos existentes na comunidade.

As técnicas participaram ainda em três reuniões de trabalho no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes na Figueira da Foz. A 1ª reunião teve como objetivo a apresentação do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes na Figueira da Foz. Na 2ª reunião foram formados grupos de trabalho para análise da legislação e contributo que cada instituição poderá dar no trabalho de

integração dos imigrantes. A Figueira Domus propôs-se traduzir, em 3 línguas diferentes (Francês, Inglês e Russo), os requisitos necessários para candidatura à habitação social. A 3ª reunião traduziu-se num Seminário de Encerramento do Plano para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz.

5.5 PROTOCOLOS

No âmbito do programa CLDS, Projeto REAGIR, procedeu-se ao acompanhamento da aplicação do questionário aos beneficiários de habitação social dos bairros da Leirosa e da Fonte Nova em Brenha. O referido questionário tinha como objetivo o diagnóstico social dos referidos bairros e a análise das necessidades e preocupações referidas pelos residentes.

No âmbito do Projeto ESCOLHAS e em parceria com a Associação Novo Olhar, foram enviadas convocatórias de entrevistas para beneficiários de habitação social, residentes nos diversos bairros sociais, com idades entre os 18 e 25 anos, que se encontrem em situação de desemprego.

Este projeto pretende contribuir para o reforço da empregabilidade jovem.

No âmbito do programa CLDS+, Projeto Escolhas e fruto da parceria com a Associação Novo Olhar, procedeu-se ao acompanhamento das entrevistas aos beneficiários/jovens da Figueira Domus, que se encontrem em situação de desemprego, residentes nos bairros de Fonte Nova – Brenha, Gala Sidney e Vila Verde.

5.5.1. ATIVIDADES SOCIALMENTE ÚTEIS - ASU

Implementadas as atividades socialmente úteis em todos os bairros sociais, tornou-se premente o acompanhamento permanente das mesmas. Foram efetuadas várias reuniões entre a coordenadora do SASIL/supervisora do projeto e os parceiros envolvidos, nomeadamente Associação Goltz de Carvalho, Casa Nossa Srª do Rosário e Segurança Social Local, fruto da necessidade de proceder a algumas alterações e adaptações necessárias à rentabilização das referidas atividades e de contornar alguns obstáculos surgidos.

No âmbito das mesmas, foram prestadas informações permanentes aos diversos parceiros, relativas à assiduidade das pessoas envolvidas no projeto.

5.5.2 PROGRAMA MUN-SI

O SASIL, em representação da Figueira Domus, esteve presente, no dia 31 de Março de 2015, na apresentação do programa MUN-SI – Programa de Promoção de Saúde Infantil nos municípios e da campanha “Alimente Bem Esta Família – AMEA”.

Trata-se de um programa que visa ações a desenvolver na promoção de estilos de vida saudáveis e em que é preponderante o papel das autarquias, pelo que se torna fundamental a elaboração de parcerias/protocolos.

O programa tem como alvos preferenciais os grupos sociais mais desfavorecidos e o desenvolvimento de respostas inovadoras em famílias com adolescentes entre os 12 e 18 anos.

Foi nomeada a técnica interlocutora da Figueira Domus e foram efetuadas reuniões com a técnica interlocutora do município, no sentido de elaborar proposta do protocolo tripartido – CEIDSS/Município/Figueira Domus.

No mesmo âmbito, foram selecionadas pela Figueira Domus, 23 famílias “AMEA”, residentes nos diversos bairros sociais e procedeu-se à caracterização das mesmas.

5.6 VISITA A ACAMPAMENTO

Existindo ainda várias famílias a residir em acampamentos e sendo preocupação desta empresa encontrar uma solução habitacional para estas famílias, com a maior celeridade possível e de acordo com as características das mesmas, procedeu-se a uma visita ao acampamento da Quinta do Barateiro – Carritos. Foi atualizada a informação relativa aos residentes, quer no que concerne às condições em que residem quer à atualização dos elementos dos agregados familiares e seus rendimentos.



5.7 REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL

Com a entrada em vigor do novo regime do arrendamento apoiado - o regime legal específico da atribuição das habitações sociais - Lei 81/2014, de 19 de Dezembro, tornou-se imperativo a adaptação do regulamento à nova Lei. Assim foram efetuadas, neste período, várias reuniões interdepartamentais com a Administração da empresa, no sentido de proceder às alterações decorrentes do novo quadro legislativo.

5.8 TRANSFERÊNCIAS DE FOGOS MUNICIPAIS

Encontrando-se em ficheiro vários pedidos de transferência de fogos municipais, elaborados por beneficiários dos vários bairros sociais, entendeu-se pertinente elaborar um documento com os pedidos existentes e com os motivos de cada um, bem como o enquadramento legal dos mesmos.

O documento global foi apresentado e aprovado em reunião de Conselho de Administração, pelo que as transferências requeridas serão efetuadas após a existência de fogos devolutos para o efeito.

5.9 CANDIDATURA CEI+

No seguimento da candidatura desta empresa, ao abrigo da medida Contrato Emprego-Inserção +, financiada pelo IEFP, foram selecionados dois jovens para desempenharem as funções de mediador e dinamizador.

Estas candidaturas surgiram no âmbito do desenvolvimento do programa ROMED II para a inserção de 2 jovens de etnia cigana para trabalhar com a sua comunidade. Assim e entre outras funções, compete ao Mediador Cigano: articular e harmonizar os conflitos existentes entre as várias comunidades existentes nos bairros, incentivar os pais ciganos para a importância da escola na vida ativa dos seus filhos, promoção e reflexão sobre temáticas que afetam a situação e futuro da juventude cigana.

Ao dinamizador, entre outras funções compete: motivar os jovens ciganos através de bons exemplos (da comunidade) para exercício de uma cidadania ativa, tendo como pano de fundo a escola; promoção de jovens ciganos e famílias com sucesso escolar para serem referência a outras famílias ciganas.

Pretende-se que as suas ações sejam desenvolvidas, preferencialmente, nos bairros sociais.

Estando a decorrer as férias escolares, foram planeadas várias atividades a desenvolver, direcionadas a crianças/jovens residentes nos bairros da Fonte Nova – Brenha e Quinta das Recolhidas (Vila Verde). As ações têm como objetivo a ocupação das jovens, durante o período de verão.

A primeira ação foi dinamizada no dia 29 de Junho, da parte da tarde, no bairro da Fonte Nova – Brenha.

A atividade desenvolvida “Jogo de Percurso” teve a participação de 18 crianças, dos 6 aos 12 anos.



5.10 PROJETO EPIS

A técnica adstrita ao projeto EPIS deu continuidade ao trabalho desenvolvido. A sua atividade decorreu nas escolas E.B.2.3 Dr. Pedrosa Veríssimo, Paião, E.B.2.3 Pintor Mário Augusto, Alhadas e E.B.2.3 Dr. João de Barros – Zona Urbana da Figueira da Foz



Tendo como pressuposto uma intervenção holística direcionada ao perfil de cada aluno, a mediadora foi estabelecendo uma relação constante e direta, quer com encarregados de educação, quer com diretores de turma, quer ainda com elementos da direção de cada Escola.

O objetivo desta relação de proximidade com todos estes agentes, consiste, essencialmente, em encontrar estratégias de intervenção adequadas a cada aluno.

O total de sessões realizadas com os 18 alunos das 3 escolas do Concelho às quais a mediadora está afeta, foi de 122, designadamente:

- 67 sessões direcionadas a 9 alunos da Escola E.B. 2.3. Dr. Pedrosa Veríssimo – Paião;
- 38 sessões direcionadas a 8 alunos da Escola E.B.2.3 Dr. João de Barros – Zona Urbana Figueira da Foz;
- 17 sessões direcionadas a 1 aluna da Escola E.B. 2.3 Pintor Mário Augusto – Alhadas.

GRÁFICO 27- NÚMERO DE SESSÕES REALIZADAS



5.10.1 REUNIÕES COM ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO/DIRETORES DE TURMA

As reuniões com os Encarregados de Educação tiveram como objetivo primordial reforçar a relação da família com a escola, bem como, promover a troca de ideias que permitam facilitar o sucesso escolar dos seus educandos.

Com os Diretores de Turma, a mediadora estabeleceu, continuamente, uma relação de proximidade e articulação, tendo como objetivo, encontrar estratégias de intervenção adequadas ao perfil de cada aluno, por forma a motivá-los não só para o sucesso escolar, como também, para uma melhor integração no contexto escolar.

No final do ano letivo, debateu-se com Encarregados de Educação e Diretores de Turma, a orientação vocacional relativamente aos alunos que frequentam o 9º ano, uma vez, que muitos deles, ao transitarem para o 10º ano de escolaridade, sentem-se apreensivos face à escolha a fazer sobre a sua futura área profissional.

Ao longo deste 1º semestre, realizaram-se um total de 26 reuniões com os Encarregados de Educação e 42 com Diretores de Turma.

5.10.2 FORMAÇÕES EPIS

A mediadora participou em várias reuniões de coordenação/sessões de coaching, ministradas pela coordenação EPIS, as quais tiveram como finalidade dotar os mediadores do Concelho, de técnicas e metodologias apropriadas para a intervenção junto dos alunos e suas famílias.

5.10.3 ATELIER VOCACIONAIS DE VERÃO

À semelhança dos anos letivos anteriores, a EPIS promoveu Ateliers Vocacionais de Verão que decorreram em Lisboa, com início a 29 de junho. Os Ateliês Vocacionais tiveram como objetivo primordial, proporcionar a jovens de Escolas de todo o país abrangidos pelo Projeto, a possibilidade de permanecer durante alguns dias em contexto de trabalho, em empresas Associadas e Parceiros EPIS,

podendo assim, observar e desempenhar algumas funções de trabalho, que lhes permitam a aquisição de novas experiências, úteis para o seu percurso escolar e profissional.

Entre os jovens selecionados para participarem neste evento, foram contempladas duas alunas do 9º ano, sendo uma aluna da Escola E.B.2.3 Dr. Pedrosa Veríssimo e a outra da escola E.B.2.3 Dr. João de Barros – Zona Urbana da Figueira da Foz.

5.10.4 PLATAFORMA EPIS

Todo o trabalho desenvolvido na Plataforma, consistiu na introdução de dados diversificados, designadamente:

- Dados relativos ao contexto sociofamiliar de cada aluno;
- Dados relativos à entrevista realizada quer com o aluno quer com o encarregado de educação;
- Sessões realizadas com os alunos;
- Introdução de notas do 2º e 3º períodos, relativas as turmas do 7º, 8º e 9º ano de escolaridade.

5.11 RESIDÊNCIA HOSPITALAR

No âmbito do projeto da Residência Hospitalar entendeu-se prioritário verificar os pressupostos regulamentares no sentido de evitar que as autorizações, que se querem de índole curta e provisória, fossem adulteradas e que se transformassem em atribuições. Assim, importa enfatizar a parceria com o Hospital Distrital da Figueira da Foz, pois através dos seus serviços técnicos disponibilizados pelo Conselho de Administração, permitiu-se gizar uma solução para fazer a triagem de índole médica para determinar os casos elegíveis, assim como dos procedimentos técnicos de higienização a realizar sob as instruções técnicas do Grupo Coordenador Local (GCL) do Programa de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA). Pela índole específica da Residência Hospitalar, o HDFF é um importante parceiro em toda a operacionalização e gestão de cada requerente de utilização desta resposta social



6. PATRIMÓNIO - SERVIÇO DE INTERVENÇÃO TÉCNICA, ESTUDO E PROJETOS (SITEP)

No período correspondente ao 1º semestre de 2015, e analisando o quadro 3, verifica-se a continuidade do enorme esforço por parte da empresa no investimento de reabilitação e manutenção de todos os espaços que estão adstritos à gestão do património direto da empresa ou do município ao abrigo do Protocolo de Gestão e Administração dos fogos de habitação social, de 03 março 2014.

Julga-se, no final do semestre, que a ligeira diminuição verificada no montante investido relativamente ao semestre anterior, na ordem dos 7%, se prende com o facto de estar em curso a alteração regulamentar interna de atribuição de habitação social por força do Decreto Lei 81/2014, de 19 de dezembro o que levou a que o número de atribuições fosse diminuto em face de períodos homólogos anteriores e, como consequência direta, as intervenções realizadas para reposição das condições de habitabilidade seguissem a mesma tendência por questões de adequação direta às famílias envolvidas nos diversos atos de reocupação de habitações.

Saliente-se ainda a introdução de algumas alterações de procedimentos internos na gestão de obras que visam ainda maior transparência nos processos de aquisição de bens e serviços, sendo por isso necessário um período preparatório que ainda se estenderá por mais algum tempo para implementação de todas as alterações de procedimentos em face do leque alargado e abrangente de situações que se deparam numa estrutura empresarial com este objeto.

Ainda assim, e em contraponto com o semestre homólogo de 2014, observa-se um acréscimo muito significativo de investimento, na ordem dos 45%, passando das 3 dezenas e meia de milhares de euros para os 51.000,00€.

Nesse mesmo quadro é possível observar que a variabilidade de investimento semestral de intervenções nos diversos bairros é muito grande mas, em espaços temporais de maior amplitude, nota-se uma tendência para algum equilíbrio, não existindo assim qualquer discriminação entre bairros ao nível de obras gerais (nada ou pouco influenciadas pela degradação provocada pelos anos de construção).

QUADRO 3 – REABILITAÇÕES E MANUTENÇÕES 1º SEMESTRE 2015, COMPARATIVO PERÍODO HOMÓLOGO E IMEDIATAMENTE ANTERIOR

Bairro	Montante 1º S 2015	Peso cada bairro (%)	Montante 1º S 2014	Peso cada bairro (%)	Montante 2º S 2014	Peso cada bairro (%)
Bairro Pescadores	15.210,52 €	30%	1.186,41 €	3%	6.367,76 €	12%
Bairro Hospital	12.145,69 €	24%	1.197,06 €	3%		
Vila Robim	5.723,84 €	11%	2.697,63 €	8%	9.513,76 €	17%
Fonte Nova-Brenha	5.693,25 €	11%	1.941,91 €	6%	5.875,36 €	11%
Gala-Sidney	2.825,57 €	6%	6.156,95 €	18%	6.370,47 €	12%
Alto da Fonte	2.822,85 €	6%	1.893,71 €	5%		
Quinta do Paço	2.004,93 €	4%	484,10 €	1%	3.221,71 €	6%
Vila Verde	1.885,85 €	3%	4.650,10 €	13%	1.090,03 €	2%
Leirosa	938,29 €	2%	8.080,33 €	23%	15.894,53 €	29%
Outros/Dispersos	1.710,46 €	3%	6.772,69 €	20%	6.193,22 €	11%
Total	50.961,25 €		35.060,89 €		54.526,84 €	
Varição relativa aos períodos semestrais anteriores	-		+ 45%		- 7 %	

No semestre presente os investimentos foram muito centralizados no empreendimento do Bairro do Hospital em S. Pedro e no bairro dos Pescadores em Buarcos. Neles ocorreram mais de metade (54%) dos custos correspondentes à intervenção de impermeabilização nas fachadas do lado sul do edifício Nascente da 2ª fase do empreendimento do Bairro do Hospital e equipamento para a residência hospitalar na 1ª fase deste empreendimento, infraestrutura extremamente importante numa entidade que que ambiciona a melhoria das



condições de vida dos mais desfavorecidos e dentro destes os que padecem de doença, e à empreitada de reabilitação integral do fogo do Bairro dos Pescadores nº 20, que se tinha iniciado no final do ano passado que se encontra praticamente concluído.

Com investimentos idênticos de mais de meia dezena de milhar de euros, correspondentes a cerca de 22% do total investido, surgem os bairros de Vila Robim em Tavadre e Fonte Nova em Brenha. Estes montantes refletem a reabilitação e manutenção tanto de habitações como de espaços comuns ou exteriores aos fogos, destacando-se a reabilitação de 2 fogos em Brenha e 2 em Vila Robim (1 deles parcialmente e ao nível de proteções exteriores- janelas, estores e porta de entrada do fogo).

Valores muito similares foram investidos nos bairros de Gala-Sidney (S. Pedro) e Alto da Fonte em Buarcos representando cada um 6% do total investido. Se no primeiro os investimentos refletem intervenções tanto a nível interior dos fogos como exteriores, no segundo caso o valor investido refere-se a uma intervenção já em agenda há muito tempo ao nível das fachadas do nº 7 que se encontravam num estado muito degradado impossibilitando uma vivência plena do fogo nas devidas condições de salubridade pelas infiltrações e desconforto higrométrico de que os fogos padeciam, para além do deficiente especto visual numa zona privilegiada e de grande visibilidade da freguesia.

No bairro da Quinta do Paço verifica-se um investimento de 4% correspondente a cerca de 2.000,00€. Este montante reflete sobretudo as intervenções de substituição de equipamentos fixos de cozinha (esquentadores) e de casa de banho (substituição de banheiras por equipamento idêntico ou bases de duche por dificuldades de locomoção dos beneficiários de habitação social) em diversos fogos.

Obras idênticas e adicionalmente diversas intervenções de reparações diversas de redes técnicas afetadas, foram as realizadas no bairro de Vila Verde num investimento total de cerca de 1.880,00€ representado 3% do montante investido.

Após dois semestres a liderar claramente os investimentos realizados, o bairro da Leirosa foi aquele em que os gastos no corrente semestre foram menores (com menos de 1.000,00€) refletindo pequenas intervenções para melhoria das condições de habitabilidade dos fogos a utilizar na transferência de Beneficiários de Habitação Social.

Sobre a parte final do anterior parágrafo saliente-se que, paralelamente à alteração regulamentar em curso e correspondendo às necessidades imediatas dos munícipes já beneficiários de habitação social, foi marcante o processo de transferência para novos fogos (à data ainda não concluído na íntegra) de três famílias ao nível da gestão do património construído e, não pela sua magnitude em termos de obras mas pelo significado da implementação de algumas novas regras que este departamento rotula de muito importantes para a efetiva consciencialização e responsabilização dos arrendatários no uso de um bem imprescindível à sua vida, tais como um controlo mais apertado da sua execução ou a nova formalização e preparação do ato de entrega de chaves aos novos arrendatários.

As reclamações realizadas na empresa relativamente a obras consideradas necessárias e da responsabilidade desta empresa por parte dos arrendatários ou outros cifraram-se em 8 no decorrer do semestre em análise com a particularidade de serem todas realizadas no 2º trimestre. Conforme se poderá observar no quadro 4, este número é aproximadamente um sexto comparativamente ao período homólogo de 2014 onde se tinham registado 46 reclamações e 33% abaixo do registado no semestre imediatamente anterior.

QUADRO 4 – COMPARATIVO NÚMERO DE RECLAMAÇÕES ESCRITAS

Comparativo de Reclamações	1º Semestre 2015	1º Semestre 2014	2º Semestre 2014
Número de reclamações	8	46	12

No entanto estes números deverão ser lidos com algum cuidado, pois entende-se que os mesmos não refletirão cabalmente as necessidades de intervenção reais porquanto os arrendatários continuam a preferir, contrariamente ao permanentemente solicitado



pelos serviços técnicos da empresa, a reclamação verbal sem o imprescindível registo escrito por uma questão de controlo e de qualidade da rede de informação.

No entendimento deste departamento, tal diminuição também se deverá quer à tipologia de uma parte significativa das reclamações com correspondência repetitiva às dificuldades de intervenções ao nível de exteriores com grandes investimentos envolvidos e para os quais se procura desde há algum tempo formas ou programas de financiamento adequados, quer à ênfase dada à realização de obras ou pequenas reparações a quem tem as rendas em dia por forma a procurar diminuir os incumprimentos no pagamento de rendas devidas como atitude pedagógica e informativa. Assim, existem Beneficiários de Habitação Social que protelam as reclamações ou só as realizam verbalmente para (julgam!) evitar eventuais alertas na empresa e respetivas sanções em face do novo quadro legal em vigor e em implementação ao nível de regulamento da empresa.

Existem ainda as reclamações presenciais nas reuniões tidas com arrendatários no período semanal destinado a tal. Relativamente a este espaço aberto pela empresa de apresentação de problemas inerentes ao estado dos fogos e suas patologias, tem-se verificado uma clara diminuição de atendimentos solicitados e realizados- alguns dos solicitados acabam por não ser realizados por ausência do beneficiário.

De âmbito mais geral registe-se ainda a preparação e o início do procedimento concursal para o órgão estatutário da empresa de Fiscal Único, que se encontra a decorrer, em colaboração com o departamento jurídico da empresa. Para além desta colaboração e de outras com este departamento, registe-se ainda as correspondentes a processos de venda de fogos e da antiga sede desta empresa, bem como de diferendos com arrendatários e proprietários.

Para além do estreito relacionamento com o SASIL com a imprescindível articulação em muitas matérias que envolvem os dois departamentos, volta a registar-se o grande envolvimento com o departamento de Fiscalização e Gestão de Condomínios nas diversas fiscalizações e obras ou reparações a efetuar nesses espaços.

Envolvendo todos os departamentos nas suas várias valências foi implementada uma visita mensal a casos, fundamentalmente de fogos, como forma de articulação mais célere na tentativa de resolução de situações sensíveis que poderão inclusivamente levar à intervenção de entidades externas a esta empresa como Delegado de Saúde, autoridade veterinária municipal, Bombeiros, autoridades policiais, etc.

Saliente-se desde já a implementação neste semestre de uma reunião multidepartamental, normalmente semanal, de avaliação de trabalho executado e preparação das semanas seguintes entre os diversos coordenadores departamentais e o administrador executivo que permite alicerçar, fundamentar e operacionalizar muitas das situações mais complexas a que esta empresa é chamada a (co)responder.

Particularizando algumas das principais intervenções tidas pelo SITEP no presente semestre, e sendo esta a matriz funcional do departamento, poderemos salientar:

- Realização de reparações de emergência e manutenção em coberturas nos diversos Bairros;
- Diversas situações de arrombamentos de portas de fogos que se encontram devolutos mas cujos arrendatários não entregaram as respetivas chaves;
- Retirada de bens de fogos devolutos pelos ex arrendatários ou por falecimento;
- Realização de controlos de consumos de energia elétrica e água em zonas comuns nos imóveis que estão sob gestão desta empresa e não possuam condomínios;
- Realização do controlo de atividades de jardinagem pela entidade externa;



- Solicitação de cotações quer para fornecimentos de material quer para fornecimento de serviços sobretudo de redes técnicas de abastecimento de água e eletricidade, tendo ocorrido um acréscimo substancial de trabalhos nas redes de abastecimentos de águas motivados por ruturas sucessivas devido à sua antiguidade e a correspondente ameaça de segurança por pessoas e bens devido à interação com as redes elétricas;
- Acompanhamento da execução de trabalhos realizados por entidades externas, nomeadamente ao nível da reabilitação de redes técnicas;
- Realização de diversas reparações versando sobretudo as áreas de pinturas, estores e redes técnicas;
- Acompanhamento das permutas de diversos beneficiários de habitação social dos vários bairros com auxílio nos transportes e montagem e desmontagem de equipamentos e mobiliário;
- Manutenção das viaturas da empresa, incluindo solicitação de cotação para as diversas intervenções;
- Acompanhamento dos trabalhos de reabilitação de diversos fogos executados por entidades externas;
- Acompanhamento de situações que envolvem proprietários e beneficiários de habitação social que coabitam no mesmo prédio.



7. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONDOMÍNIOS

O Serviço de Fiscalização e Gestão de Condomínios elaborou neste trimestre 24 informações internas, relativas a reclamações de compradores e arrendatários e levantamento de anomalias detetadas nas visitas domiciliárias aos bairros, tendo as mesmas sido devidamente documentadas e despachadas superiormente.

QUADRO5 – NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SERVIÇO

Comparativo de nº de informações	1º Semestre	1º Semestre
	2015	2014
Total	24	49

As informações apresentadas versam sobre os mais variados assuntos relativos às zonas comuns, havendo maior incidência sobre:

- Cheiros provindos de habitações;
- Avarias na luz de escada, relógio de escada, campainhas, intercomunicadores, telhados e infiltrações;
- Furtos de energia;
- Conflitos entre vizinhança e infração da lei do ruído;
- Ocupação e utilização indevida de espaços comuns.

Prosseguiu-se com o projeto SIG, tendo já sido cadastrados neste sistema todos os Bairros Sociais com o devido nome, tendo sido também criado um código individual para cada bairro, estando disponibilizada a base de dados AIRC – programa TAX. Foram inseridos todos os edifícios com o respetivo código, morada, data de construção, artigo matricial, artigo predial, informação do condomínio e qual a empresa de condomínio que o gere.

Criou-se também, uma ligação autorizada entre o programa existente TAX e o programa SIG, para que os dados críticos sejam atualizados no SIG de forma automática aquando a atualização normal e reiterada do TAX, promovendo assim, um sistema eficiente na gestão dos recursos.

Deu-se continuidade ao projeto das Atividades Socialmente Úteis (ASU) e foi necessário efetuar novas cartas de compromisso para algumas substituições, bem como inserir as novas colaboradoras no grupo de trabalho.

A colaboradora continuou a proceder à fiscalização e controlo mensal das leituras de contador da EDP, de forma a controlar e detetar furtos de energia de condomínio, tendo sido realizadas informações das situações e anomalias detetadas.

Foi prestado apoio técnico a todos os departamentos da empresa a nível de tarefas internas e serviço externo, prestando especial auxílio no Serviço Administrativo e Financeiro – SAF, nomeadamente na dinamização e recolha de assinaturas de contratos de arrendamento bem como na substituição de 2 colegas.



8. RELATÓRIO DE CONTAS DO 1º SEMESTRE

O presente relatório é composto pelos seguintes documentos de prestação de contas, reportados ao período de janeiro a junho de 2015:

- Demonstração dos Resultados;
- Balanço;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Anexo à Demonstração dos Resultados e Balanço;
- Relação dos Financiamentos.

8.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No que respeita aos valores apresentados nas rubricas da Demonstração dos Resultados, relativamente ao 1º Semestre de 2015, verifica-se que o volume de negócios da empresa registou uma diminuição de 1,05%, quando comparado com o período homólogo do ano transato, devido à diminuição do valor emitido de rendas decorrente do cálculo das rendas dos arrendatários.

Na rubrica “subsídios à exploração” está registado o financiamento pelo IEFP de duas Medida Contrato Emprego-Inserção +, afetas à execução de trabalho socialmente necessário, na área de Apoio Social e Comunitário (Mediador e Dinamizador), iniciadas no meio do mês de maio. O valor do período homólogo de 2014 corresponde a um financiamento pelo IEFP de um estágio profissional afeto ao serviço de fiscalização de gestão de condomínios.

Os gastos com “fornecimentos e serviços externos” registaram uma diminuição de 0,91% face ao período homólogo do ano transato, pois embora tenham sido efetuadas mais obras de conservação e reparação nos fogos do que no mesmo período do ano passado, a maioria dos restantes gastos teve um valor inferior quando comparado com o período homólogo do ano transato.

Os “gastos com o pessoal” aumentaram 16,64% face ao período homólogo do ano transato, pois este ano a taxa de redução imposta aos vencimentos acima de 1.500,00€ baixou o que levou a um aumento das remunerações pagas nesses casos. Também a colaboradora que está afeta ao Departamento de Fiscalização e Gestão de Condomínios recebe um vencimento superior ao valor da bolsa que auferia no mesmo período do ano transato quando estava numa situação de Estágio Profissional, para além de usufruir também dos subsídios de férias e de natal.

Segue mapa comparativo entre as sub-rubricas dos gastos com pessoal do 1º semestre de 2015 e do 1º semestre de 2014, onde é observável que o aumento dos “gastos com pessoal” é maioritariamente justificado pelo aumento nos valores das sub-rubricas de Remunerações do pessoal, conforme motivos acima descritos :

O TCC
NS



63 - Gastos com o pessoal	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Remunerações dos órgãos sociais	20.877,03 €	19.689,59 €
Remunerações do pessoal	102.512,47 €	84.002,48 €
SAF + SFGC	41.157,73 €	35.028,89 €
SASIL	34.785,06 €	28.239,74 €
SITEP	25.278,44 €	20.733,85 €
Medida CEI+	1.291,24 €	0,00 €
Encargos s/ remunerações	28.272,05 €	26.621,46 €
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.962,58 €	1.753,78 €
Gastos de Ação social	6.832,00 €	6.362,30 €
Outros gastos com o pessoal	5.115,98 €	3.522,64 €
Total	165.572,11 €	141.952,25 €

Em relação a “outros rendimentos e ganhos”, registaram um aumento de 34,76% face ao período homólogo do ano transato. Isto deve-se a ter-se recebido neste período indemnizações das seguradoras referentes a sinistros ocorridos, no valor de 1.022,00 €, o que no mesmo período do ano transato não ocorreu. A restante diferença decorre de um ligeiro aumento no valor de penalizações recebidas dos beneficiários de habitação social pelo atraso no pagamento das suas rendas.

Na rubrica “outros gastos e perdas” ocorreu um aumento de 1.090,57% face ao período homólogo, pois está contabilizada uma perda contabilística na alienação de um imóvel da empresa, sito no Bairro da Leirosa, por um valor inferior ao valor líquido contabilístico. A menos valia fiscal será determinada apenas no final do ano, após a publicação da portaria que atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2015.

Os “gastos/reversões de depreciação e de amortização” são inferiores ao do período homólogo pelo motivo da venda de uma habitação do património da Figueira Domus, E.M., sita na rua Eng.º Aguiar de Carvalho, n.º55, que deixou de ser depreciada.

No primeiro semestre do corrente ano verifica-se um aumento de 8,43% dos “juros e gastos similares suportados. Esta rubrica reflete a seguinte divisão:

- i) Um valor de 3.105,37 euros de juros relativos a operações de financiamento que vencem em período posterior ao trimestre em causa, mas que pelo princípio da especialização, são imputados no segundo trimestre na proporção do número de meses em análise. Este valor é substancialmente inferior ao trimestre anterior, porque os juros inerentes eram de operações de financiamento de curto prazo do Empreendimento de Brenha e do Empreendimento do Hospital, que foram totalmente amortizados no âmbito do processo de reestruturação da dívida com a CGD e que por esta razão deixaram de produzir efeitos de obrigação de pagamento dos respetivos juros;
- ii) Um valor de 49.884,76 euros de juros referentes a operações de financiamento que venceram no primeiro e segundo trimestres;
- iii) Um valor de 419,82 euros de juros de operações de Leasing;
- iv) Um valor de 66.201,23 euros de comissões e imposto de selo das operações de financiamento. Este valor é elevado pois estão aqui incluídas todas as comissões e imposto de selo sobre capital e sobre juros decorrentes da regularização de todas as prestações em atraso de todos os empréstimos. No primeiro trimestre este valor foi de 10.056,99 euros.

v) Um valor 149.176,10 euros de juros de mora referentes à regularização de todas as prestações em atraso de todos os empréstimos, devido à operação de reestruturação da dívida com a CGD, escriturada no dia 26/06/2015. Estão incluídos neste valor os juros de mora das várias operações, incluindo especificamente a amortização da totalidade do capital do empréstimo de curto prazo do Bairro de Brenha pelo que este valor é especialmente elevado. A CGD aplica o critério de imputação de juros de mora sobre os montantes da amortização de capital sobre o período em mora considerado desde o fim dos efeitos da data da última prorrogação de prazo, que neste caso, findou a 02/01/2014.

vi) Importa, também, relevar que fruto do processo de renegociação da dívida com a CGD, esta efetuou, como se verifica nos extratos oficiais do banco, um perdão de juros de mora no total de 124.899,45 euros, advindos das seguintes operações:

- a. Montante de juros perdoados da operação do Empreendimento de Brenha – 97.108,64 euros;
- b. Montante de juros perdoados da operação do Empreendimento do Bairro do Hospital – 27.790,81 euros.

O Resultado Líquido do Exercício à data de 30 de Junho de 2015 apresenta um valor positivo de 176.117,94 €.

Demonstração dos Resultados por natureza em 30 de junho de 2015

Unidade Monetária: EURO

Rendimentos e Gastos	Notas	30-jun-2015	30-jun-2014	Variação
Vendas e serviços prestados	12	909.103,95	918.790,03	-1,05%
Subsídios à exploração	14	1.006,14	3.466,10	-70,97%
Ganhos/perdas imputados de subsid., associadas e empreend. Conjuntos		0,00	0,00	0,00%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos		-100.150,18	-101.072,21	-0,91%
Gastos com o pessoal	6	-165.572,11	-141.952,25	16,64%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de ativos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		4.958,85	3.679,88	34,76%
Outros gastos e perdas		-10.249,71	-860,91	1090,57%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		639.096,94	682.050,64	-6,30%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-143.060,70	-145.427,94	-1,63%
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		496.036,24	536.622,70	-7,56%
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares suportados	10/17	-268.787,28	-247.887,93	8,43%
Resultado antes de impostos		227.248,96	288.734,77	-21,29%
Impostos sobre o rendimento do período	16	-51.131,02	-76.514,71	-33,17%
Resultado líquido do exercício		176.117,94	212.220,06	-17,01%

A Administração

O Técnico Oficial de Contas



8.2 BALANÇO

O Passivo da empresa regista uma diminuição de 4,96% no 1º Semestre de 2015, relativamente ao período homólogo do ano anterior. Esta variação ocorre essencialmente devido à diminuição da dívida a Fornecedores de investimentos, mais concretamente pela amortização de capital efetuada do contrato de cessão de créditos.

Por sua vez, o Ativo da empresa também regista uma diminuição, neste caso de 3,87%, durante o período em análise. Esta diminuição é principalmente resultante da diminuição do valor dos ativos fixos tangíveis, decorrente da sua amortização anual e da venda de uma habitação do património da Figueira Domus, E.M.

O valor registado em Outros Ativos Financeiros é referente aos Fundos de Compensação criados pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

Foi apurado em 31/12/2014 o valor de 24.857,08 € de Ativos por Impostos Diferidos, decorrente da Perda por Imparidade de Ativo Não Corrente não aceite como gasto fiscal.

No Ativo da empresa estão incluídos adiantamentos que foram feitos ao pessoal que à data de 30/06/2015 têm o valor de 950,00 €, pois têm vindo a ser regularizados mensalmente, visto que à data de 31/12/2014 o valor era de 4.550,00 €.

A rubrica “resultados transitados” inclui parte do valor que transitou de 2011 da rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” (-61.198,47 €) e também os valores apurados relativos à regularização para equilíbrio financeiro a efetuar à participada Figueira Paranova, S.A., de acordo com o artigo 31º da Lei nº 53-F/2006, referente aos anos 2007, 2008, 2009 e 2010, no total de 178.169,33 €.

O valor das “Provisões” presente no Passivo não corrente foi determinado em dezembro de 2014, pelo que não aparece no balanço do período homólogo (30/06/2014).



Balanço em 30 de junho de 2015

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	30-jun-2015	30-jun-2014	Variação
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	15.862.666,18	16.459.319,07	-3,63%
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00%
Trespasse (goodwill)		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos biológicos		0,00	0,00	0,00%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial		0,00	0,00	0,00%
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00	0,00%
Acionistas/sócios		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros		63,20	0,00	0,00%
Ativos por impostos diferidos		24.857,08	0,00	0,00%
		15.887.586,46	16.459.319,07	-3,47%
Ativo corrente				
Inventários	11	0,00	65.895,12	-100,00%
Ativos biológicos		0,00	0,00	0,00%
Clientes	17	520.869,71	600.552,15	-13,27%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		2.632,45	15.542,33	-83,06%
Acionistas/sócios		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	17	48.917,31	40.716,30	20,14%
Diferimentos		18.499,82	17.962,96	2,99%
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Ativos não correntes detidos para venda		65.895,12	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	4	71.840,42	85.830,46	-16,30%
Total do Ativo		728.654,83	826.499,32	-11,84%
		16.616.241,29	17.285.818,39	-3,87%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio				
Capital realizado	17	1.790.217,00	1.790.217,00	0,00%
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00	0,00%
Prestações suplementares e outros instr. capital próprio		0,00	0,00	0,00%
Prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00%
Reservas legais		53.268,26	45.645,80	16,70%
Outras reservas		1.247.160,20	1.245.254,58	0,15%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados		-239.367,80	-306.064,34	-21,79%
Resultado líquido do exercício	16	2.851.277,66	2.775.053,04	2,75%
		176.117,94	212.220,06	-17,01%
Interesses minoritários		3.027.395,60	2.987.273,10	1,34%
Total do Capital Próprio		0,00	0,00	0,00%
		3.027.395,60	2.987.273,10	1,34%



Balanço em 30 de junho de 2015 (continuação)

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	30-jun-2015	30-jun-2014	Variação
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	13	422.000,00	250.000,00	68,80%
Financiamentos obtidos	10/17	10.814.993,71	10.930.001,00	-1,05%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00	0,00%
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar-Fornecedores de Investimentos	17	689.999,96	1.052.000,00	-34,41%
		<u>11.926.993,67</u>	<u>12.232.001,00</u>	<u>-2,49%</u>
Passivo corrente				
Fornecedores	17	26.901,16	26.702,36	0,74%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		67.324,76	95.396,97	-29,43%
Acionistas/sócios		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	10/17	570.859,62	497.086,15	14,84%
Outras contas a pagar	17	258.767,70	503.614,14	-48,62%
Outras contas a pagar-Fornecedores de Investimentos	17	718.362,20	925.562,20	-22,39%
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		19.636,58	18.182,47	8,00%
		<u>1.661.852,02</u>	<u>2.066.544,29</u>	<u>-19,58%</u>
Total do Passivo		13.588.845,69	14.298.545,29	-4,96%
Total do Capital Próprio e do Passivo		16.616.241,29	17.285.818,39	-3,87%

A Administração



O Técnico Oficial de Contas

NSK

8.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e out. instrum. de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras Reservas	Excedente de revalorização	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição em 01/07/2013	1	1.790.217,00				44.676,90	1.245.012,85				-314.524,72	134.336,34	2.899.720,37		2.899.720,37
Alterações no período															
Primeira adoção do novo referencial contábilístico															
Alterações de políticas contábeis															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de real. de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
Resultado líquido do período	2					966,90	241,73				8.460,38	-134.336,34	-124.667,33		-124.667,33
Resultado extensivo	3					966,90	241,73				8.460,38	-134.336,34	-124.667,33		-124.667,33
Operações com detentores de capital no período	4=2+3														
Realizações de capital															
Realizações de prêmios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Posição em 30/06/2014	5	1.790.217,00				45.645,80	1.245.254,58				-306.064,34	212.220,06	2.987.273,10		2.987.273,10
Posição em 01/07/2014	6	1.790.217,00				45.645,80	1.245.254,58				-306.064,34	212.220,06	2.987.273,10		2.987.273,10
Alterações no período															
Primeira adoção do novo referencial contábilístico															
Alterações de políticas contábeis															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de real. de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
Resultado líquido do período	7					7.632,46	1.905,62				66.696,54	-212.220,06	-135.995,44		-135.995,44
Resultado extensivo	8					7.632,46	1.905,62				66.696,54	-212.220,06	-135.995,44		-135.995,44
Operações com detentores de capital no período	9=7+8														
Realizações de capital															
Realizações de prêmios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Posição em 30/06/2015	10	1.790.217,00				53.268,26	1.247.160,20				-239.367,80	176.117,94	3.027.395,60		3.027.395,60

O TDC
NSB

[Handwritten signature]

Handwritten signature

8.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de fluxos de caixa em 30 de junho de 2015

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	30-jun-2015	30-jun-2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimento de clientes		1.335.830,30	922.184,03
Pagamentos a fornecedores		-220.254,32	-248.787,84
Pagamentos ao pessoal		-175.219,44	-173.697,51
	Caixa gerada pelas operações	940.356,54	500.317,61
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-37.229,68	22.288,95
Outros recebimentos/pagamentos		-1.128.349,51	607.260,80
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-225.222,65	1.129.867,36
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis		-758,32	-4.500,00
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis		42.000,00	20.000,00
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		147.210,00	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	188.451,68	15.500,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		6.200.000,00	
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-5.672.033,78	-668.413,64
Dividendos		-505.185,29	-465.173,47
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	22.780,93	-1.133.587,11
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-13.990,04	11.780,25
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		85.830,46	74.050,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período		71.840,42	85.830,46

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Relatório de Atividades e Contas 1º Semestre 2014



8.5 ANEXO

1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A FIGUEIRA DOMUS, E.M. é uma Empresa Municipal, cujo capital é detido em 100% pelo Município da Figueira da Foz, com sede em Rua Dr. Mendes Pinheiro, s/n, Edifício Aguas da Figueira, 2º andar - 3080-032 Figueira da Foz, tendo sido constituída em 26 de julho de 2000 e tem como objeto social a gestão social, patrimonial e financeira dos Bairros e fogos de habitação social da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nos termos e condições a definir por esta entidade, a promoção de habitação a custos controlados e a aquisição de fogos e terrenos, em execução da política de habitação da Câmara; administrar o património habitacional do Município, promovendo, designadamente, as compras, permutas ou vendas que a Câmara Municipal da Figueira da Foz determinar; execução de obras que a gestão dos Bairros municipais exija, a construção de novos fogos de habitação a custos controlados, através de administração direta ou por empreitada, assim como operações de loteamento.

2 — REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com os pressupostos subjacentes e as características qualitativas daquelas demonstrações definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2.2 — Não foi derogada qualquer disposição do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2.3 — As Demonstrações Financeiras são comparáveis com o período homólogo do ano anterior.

3 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 — Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período homólogo do ano anterior, e descritas nas respetivas notas anexas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2 — Para além das estimativas contabilísticas que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas, não foram utilizados juízos de valor na elaboração destas demonstrações financeiras.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

4 — FLUXOS DE CAIXA

4.1 — Todos os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

	30-jun-2015	30-jun-2014
Numerário	1.057,61 €	2.117,95 €
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	70.782,81 €	83.712,51 €
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	71.840,42 €	85.830,46 €
Outras disponibilidades		
DISPONIBILIDADES CONSTANTES NO BALANÇO	71.840,42 €	85.830,46 €

O TDC
N5-F5



5 — POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

- 5.1 — Estas Demonstrações Financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.
- 5.2 — As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.
- 5.3 — Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.
- 5.4 — Não foram detetados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

6 — PARTES RELACIONADAS

6.1 — Entidades relacionadas

A Figueira Domus, EM é uma Entidade Empresarial Municipal, cujo capital é detido em 100% pelo Município da Figueira da Foz, tendo sido constituída em 26 de Julho de 2000.

6.2 — Remunerações do pessoal chave da gestão

- O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, um presidente, um administrador executivo e um administrador não executivo.

Total de remunerações:

- Remunerações do Administrador executivo: 17.805,87 euros
- Remunerações do Presidente e do Administrador não executivo (senhas de presença): 3.071,16 euros

6.3 — Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Município da Figueira da Foz:

- Débito à Figueira Domus, EM de despesas de eletricidade, cujos contratos se encontram celebrados com o Município da Figueira da Foz, mas cuja exploração pertence à Figueira Domus, EM. e despesas de saúde -ADSE- dos funcionários em acordo de cedência de interesse público

b) Transações e saldos pendentes, reportados a 30 de junho de 2015:

i) Quantia das transações:

	Município da Figueira da Foz
Gastos	
Débito despesas do Município à Figueira Domus	2.997,17 €

ii) Quantia dos saldos pendentes:

	Município da Figueira da Foz
Saldos Credores	0,00 €

iii) Não existem Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes.

7 — ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

7.1 — Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil estimada.

b) Métodos de depreciação usados

Os Ativos Fixos Tangíveis foram depreciados utilizando o método das quotas constantes, atendendo à legislação em vigor. No entanto, a partir de 01 de Janeiro de 2010, os bens de valor inferior a 1.000,00€ foram totalmente depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;



Não existem divergências entre a vida útil dos bens e a taxa máxima definida pela legislação em vigor, pelo que foram estas as taxas de depreciação utilizadas.

Estimativa de períodos de vida útil esperada:

- Edifícios e obras de modificação: 50 anos
- Equipamento e ferramentas ligeiras: 3 a 8 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e fim do período:

Rubricas	Quantia escriturada bruta		Depreciação acumulada	
	Saldo inicial (jul.14)	Saldo final (jun.15)	Saldo inicial (jul.14)	Saldo final (jun.15)
Ativos Fixos Tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	28.801,43 €	28.801,43 €		
Edifícios e outras construções	19.040.048,00 €	18.658.159,60 €	2.624.160,08 €	2.832.645,25 €
Equipamento de transporte	31.266,56 €	31.266,56 €	21.268,42 €	26.202,63 €
Equipamento administrativo	90.561,91 €	91.320,23 €	85.930,33 €	88.033,76 €
Outros ativos fixos tangíveis	34.406,01 €	34.406,01 €	34.406,01 €	34.406,01 €
	19.225.083,91 €	18.843.953,83 €	2.765.764,84 €	2.981.287,65 €

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Quantia escriturada bruta

Rubricas	Saldo inicial (jul.14)	Reforço	Alienação	Saldo final (jun.15)
Ativos Fixos Tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	28.801,43 €			28.801,43 €
Edifícios e outras construções	19.040.048,00 €		-381.888,40 €	18.658.159,60 €
Equipamento de transporte	31.266,56 €			31.266,56 €
Equipamento administrativo	90.561,91 €	758,32 €		91.320,23 €
Outros ativos fixos tangíveis	34.406,01 €			34.406,01 €
	19.225.083,91 €	758,32 €	-381.888,40 €	18.843.953,83 €

Depreciação acumulada

Rubricas	Saldo inicial (jul.14)	Reforço	Diminuições	Saldo final (jun.15)
Ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	2.624.160,08 €	219.709,85 €	-11.224,68 €	2.832.645,25 €
Equipamento de transporte	21.268,42 €	4.934,21 €		26.202,63 €
Equipamento administrativo	85.930,33 €	2.103,43 €		88.033,76 €
Outros ativos fixos tangíveis	34.406,01 €			34.406,01 €
	2.765.764,84 €	226.747,49 €	-11.224,68 €	2.981.287,65 €

7.2. — Ativos dados em garantia ou penhor

Un.: Euros

ATIVO	QUANTIA ESCRITURADA BRUTA	DEPRECIACÖES ACUMULADAS	EMPRÉSTIMO	BANCO	DATA DO CONTRATO	MONTANTE UTILIZADO	VALOR EM DÍVIDA
15 fogos no Bairro da Quinta das Recolhidas 3ª Fase	691.352,75	139.998,92	- Aquisição de 15 fogos no Bairro da Quinta Recolhidas 3ª Fase (Nº2496970830002 e 2496970830004)	BPI	23.05.2001	673.596,63	229.224,87
32 fogos para arrendamento no Bairro da Vila Robim	1.805.955,74	365.705,96	- Bairro da Vila Robim (32fogos) e da Gala/Sidney - 1ª Fase (31fogos)				
31 fogos para arrendamento no Bairro da Gala/Sidney - 1ª Fase	1.616.200,75	327.280,77	Financiamento à aquisição para arrendamento (Nº9015/002664/0/91 e Nº9015/002665/9/91)	C G D	15.11.2001	3.367.673,91	1.287.750,22
10 fogos para arrendamento no Bairro da Quinta das Recolhidas - 4.ª Fase	570.160,55	106.905,13	- Bairro da Quinta das Recolhidas - 4.ª Fase - Financiamento à aquisição de 10 fogos p/ arrendamento (Nº9015/002779/5/91 e Nº9015/002780/9/91)	C G D	25.03.2002	551.171,68	224.872,75
14 + 17 fogos para arrendamento no Bairro Mártir Santo (Buarcos) Garagens e Espaço Comercial no Bairro Mártir Santo (Buarcos)	1.622.787,92 285.422,67	182.563,95 32.110,20	- Bairro Mártir Santo (Buarcos) - Construção 14+17 fogos, Garagens e Espaço Comercial para arrendamento (Nº9015/003506/2/91, Nº9015/003507/0/91 e Nº9015/003508/9/91)	C G D	27.12.2002	1.637.969,99	958.335,82
34 fogos para arrendamento no Bairro da Fonte Nova (Brenha)	2.043.711,26	352.541,13	- Bairro da Fonte Nova (Brenha) Aquisição 34 fogos p/ arrendamento (Nº9015/003505/4/91)	C G D	27.12.2002	2.063.000,00	1.279.476,14
17 fogos para arrendamento no Bairro da Quinta das Recolhidas - 5ª fase	1.063.637,91	167.523,51	- Bairro da Quinta das Recolhidas - 5ª fase - Financiamento à aquisição 17 fogos p/ arrendamento (Nº9015/004079/1/91 e Nº 9015/004080/5/91)	C G D	28.12.2004	969.423,00	626.451,10
15 garagens na Quinta das Recolhidas para arrendamento	102.666,98	19.250,63	- Aquisição de 15 garagens na Quinta das Recolhidas Contrato de leasing nº 508134	C G D	28.11.2002	102.666,98	21.687,16
47 fogos para arrendamento no Bairro da Gala/Sidney - 2ª fase	2.639.235,92	376.091,32	- Bairro da Gala/Sidney - 2ª fase - Contrato cessão de créditos à aquisição de 47 fogos para arrendamento (Nº 9015/004592/0/91)	C G D	03.11.2005	2.580.000,00	925.999,96

O TDC
N/5


 2

7.3. - Depreciação reconhecida nos gastos do período

Rubricas	Saldo final (jun.15)
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	219.709,85 €
Equipamento transporte	4.934,21 €
Equipamento administrativo	2.103,43 €
	226.747,49 €

7.4. - Depreciação acumulada no final do período

Rubricas	Saldo final (jun.15)
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	2.832.645,25 €
Equipamento de transporte	26.202,63 €
Equipamento administrativo	88.033,76 €
Outros ativos fixos tangíveis	34.406,01 €
	2.981.287,65 €

8 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

No início do ano estavam detidos para venda o imóvel da Rua da Fonte, nº54 (antiga sede) e os lotes de terreno no Bairro do Hospital. No caso do imóvel foi efetuada a venda à empresa Natureza e Felicidade, Lda. enquanto que no caso dos lotes existe um contrato de permuta com a Sra. Ana Gomes Azevedo, pela utilização de terreno desta durante a construção do Bairro do Hospital. Espera-se resolver a segunda situação ainda em 2015.

Rubricas	Quantia bruta escriturada inicial	Amort. acumuladas antes da transferência	Quantia líquida escriturada inicial	Perdas por imparidade	Quantia líquida escriturada final
Investimentos financeiros					
Propriedades de investimento					
Ativos intangíveis					
Ativos fixos tangíveis					
Outros ANCDV	65.895,12 €	0,00 €	65.895,12 €	0,00 €	65.895,12 €
	65.895,12 €	0,00 €	65.895,12 €	0,00 €	65.895,12 €

9 – LOCAÇÕES

Tal como preceituado na NCRF 9, os ativos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira (Garagens Qta. Recolhidas e Viaturas) são reconhecidas ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores correntes das prestações em dívida às locadoras.

Rubricas	Ativos fixos tangíveis
Quantia bruta escriturada final	122.403,87 €
Amortizações/depreciações acumuladas	33.923,60 €
Perdas por imparidade e reversões	0,00 €
Quantia líquida escriturada final	88.480,27 €
Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço	27.848,03 €
Até 1 ano	11.916,66 €
De um a cinco anos	15.931,37 €
Mais de cinco anos	0,00 €
Valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos da locação	27.848,03 €
Até 1 ano	11.916,66 €
De um a cinco anos	15.931,37 €
Mais de cinco anos	0,00 €
Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período	0,00 €
Total dos futuros recebimentos mínimos de sublocação à data do balanço	0,00 €
Valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período	0,00 €

O Tax
 N2



10 — CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

10.1 — Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os custos com empréstimos obtidos são imediatamente considerados como gastos do período.

Descrição	Empréstimos específicos Instit.de crédito e soc.financ.
Valor do empréstimo	
Corrente	570.859,62 €
Não corrente	10.814.993,71 €
Custos de empréstimos obtidos semestrais suportados	
Total	268.787,28 €
Dos quais: Juros suportados	202.586,05 €

11 — INVENTÁRIOS

11.1 — Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários estão relevados no balanço pelo mais baixo entre o custo e o valor realizável líquido de acordo com a revisão que, no final de cada período de relato, foi efetuada à sua quantia recuperável em face das condições de mercado. Ocorreu a passagem dos inventários, que se referem a lotes de terreno no Bairro do Hospital, para Ativos não correntes detidos para venda.

Aplicaram-se as definições e critérios da NCRF 18.

11.2 — Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

	jun-15	jun-14
Produtos Acabados e Intermédios	0,00 €	65.895,12 €

11.3 — Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Os gastos contabilizados durante o período se encontram descritos no quadro que se segue:

Movimentos	Produtos Acabados e Intermédios
Inventário inicial (01/07/2014)	65.895,12 €
Compras	0,00 €
Regularização de inventários	-65.895,12 €
Inventário final (30/06/2015)	0,00 €
Gastos no período	0,00 €

12 — RÉDITO

12.1 — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido no momento da emissão da fatura de transmissão do bem ou da prestação do serviço.

12.2 — Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

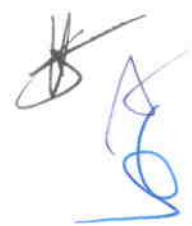
	jun-15	jun-14
Vendas	0,00 €	0,00 €
Prestação de serviços	909.103,95 €	918.790,03 €

13 — PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi constituída uma provisão em 31/12/2014, no montante de 172.000,00 €, após análise dos processos em tribunal, que se considera ter documentação suporte suficiente para ser fiscalmente aceite.

14 — SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Subsídios relacionados com rendimentos — na rubrica “subsídios à exploração” está incluído o valor de 1.006,14 € referente ao subsídio recebido no âmbito do financiamento pelo IEFP de duas Medida Contrato Emprego-Inserção +, afetas à execução de trabalho socialmente necessário, na área de Apoio Social e Comunitário (Mediador e Dinamizador), iniciadas no meio do mês de maio.



14.1 — Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Subsídios relacionados com rendimentos	jun-15	jun-14
Demonstração dos Resultados		
Subsídios reconhecidos nos rendimentos	1.006,14 €	3.466,10 €

15 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão em 27 de julho de 2015 pelo Conselho de Administração da Figueira Domus, E.M.

Não temos qualquer informação de acontecimentos após a data do balanço que alteram estas demonstrações financeiras.

16 — IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

	jun-15	jun-14
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	227.248,96 €	288.734,77 €
Imposto corrente	51.131,02 €	76.514,71 €
Imposto diferido	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o rendimento do período	51.131,02 €	76.514,71 €
Tributações autónomas	0,00 €	0,00 €
Taxa efetiva de imposto sobre rendimento	22,50%	26,50%

17 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

17.1 — Os instrumentos financeiros foram mensurados ao custo menos perda por imparidade.

17.2 — Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros.

	jun-15	jun-14
Ativos Financeiros		
Clientes	520.869,71 €	600.552,15 €
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	0,00 €
Acionistas/Sócios	0,00 €	0,00 €
Outras Contas a Receber	48.917,31 €	40.716,30 €
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros	63,20 €	0,00 €
Passivos Financeiros		
Fornecedores	26.901,16 €	26.702,36 €
Adiantamentos de clientes	0,00 €	0,00 €
Acionistas/Sócios	0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos (não corrente)	10.814.993,71 €	10.930.001,00 €
Financiamentos Obtidos (corrente)	570.859,62 €	497.086,15 €
Outras Contas a Pagar (não corrente)	689.999,96 €	1.052.000,00 €
Outras Contas a Pagar (corrente)	977.129,90 €	1.429.176,34 €
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros	0,00 €	0,00 €

17.3. — Situações de incumprimento para empréstimos bancários contraídos à data do balanço:

À data do Balanço, não havia situações de incumprimento.

17.4 — Total de gastos de juros para passivos financeiros não mensurados ao justo valor:

	jun-15	jun-14
Financiamentos Obtidos (não corrente)	10.814.993,71 €	10.930.001,00 €
Financiamentos Obtidos (corrente)	570.859,62 €	497.086,15 €
Outras Contas a Pagar (não corrente)	689.999,96 €	1.052.000,00 €
Outras Contas a Pagar (corrente)	236.000,00 €	443.200,00 €
Total Financiamento	12.311.853,29 €	12.922.287,15 €
Juros e gastos similares suportados (jan-jun)	268.787,28 €	247.887,93 €

O TDC
N54



17.5 — Em 30 de junho de 2015, o capital social está totalmente realizado, conforme quadro seguinte:

	jun-15	jun-14
Capital nominal	1.790.217,00 €	1.790.217,00 €
Capital realizado	1.790.217,00 €	1.790.217,00 €

17.6 — A Figueira Domus, EM é uma Entidade Municipal, cujo capital é detido em 100% pelo Município da Figueira da Foz, tendo sido constituída em 26 de julho do ano de 2000, pelo que não existem ações.

18 — DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:

18.1 — Código das Sociedades Comerciais: Art.º 66º-A (jan-jun)

Remuneração do Fiscal Único: 5.200,68 euros (valor com IVA incluído).



8.6 RELAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMO	FINANCIAMENTOS EM 30.06.2015						
	BANCO	DATA DO CONTRATO	VALOR DO EMPRÉSTIMO	MONTANTE UTILIZADO	AMORTIZAÇÕES ANOS ANTERIORES	AMORTIZAÇÕES DO 1º SEM./2015	SALDO
- Bairro da Fonte Nova (Brenha) Construção de 136 fogos (Nº9015/002876/1/92)	C G D	02.04.2002	7.540.726,85€	7.540.726,85€	3.435.634,34€	4.105.092,51€	0,00€
- Aquisição de 15 fogos no Bairro da Quinta Recolhidas 3ª Fase (Nº2496970830002 e 2496970830004)	BPI	23.05.2001	673.596,63€	673.596,63€	423.816,65€	20.555,11€	229.224,87€
- Bairro da Leirosa - 2ª Fase - Financiamento bonificado à construção de 28 fogos para arrendamento (Nº0131/000163/9/91)	C G D	20.09.2001	1.193.613,39€	1.178.883,89€	645.332,09€	52.671,27€	480.880,53€
- Bairro da Leirosa - 2ª Fase - Financiamento complementar à construção de 28 fogos para arrendamento (Nº0131/000164/7/91)	C G D	20.09.2001	358.052,09€	358.052,09€	224.518,74€	18.129,75€	115.403,60€
- Bairro de Vila Robim e da Gala/Sidney - 1ª Fase Financiamento não bonificado à aquisição 32 fogos+31fogos para arrendamento (Nº9015/002664/0/91)	C G D	15.11.2001	774.292,00€	774.292,00€	449.988,78€	21.923,29€	302.379,93€
- Bairro de Vila Robim e da Gala/Sidney - 1ª Fase Financiamento bonificado à aquisição de 32 fogos + 31fogos p/ arrendamento (Nº9015/002665/9/91)	C G D	15.11.2001	2.593.381,91€	2.593.381,91€	1.533.459,97€	74.551,65€	985.370,29€
- Bairro da Quinta das Recolhidas - 4.ª Fase Financiamento não bonificado à aquisição de 10 fogos p/ arrendamento (Nº9015/002779/5/91)	C G D	25.03.2002	121.922,17€	121.922,17€	64.257,79€	3.608,91€	54.055,47€
- Bairro da Quinta das Recolhidas - 4.ª Fase Financiamento bonificado à aquisição de 10 fogos p/ arrendamento (Nº9015/002780/9/91)	C G D	25.03.2002	429.249,51€	429.249,51€	246.465,23€	11.967,00€	170.817,28€
- Bairro Mártir Santo (Buarcos) Construção 14 fogos para arrendam. (Nº9015/003507/0/91)	C G D	27.12.2002	585.000,00€	501.414,99€	116.402,21€	37.959,90€	347.052,88€
- Bairro do Mártir Santo (Buarcos) Construção 17 fogos p/ arrendamento(Nº9015/003508/9/91)	C G D	27.12.2002	795.000,00€	795.000,00€	229.530,81€	137.887,68€	427.581,51€
- Bairro Mártir Santo (Buarcos) Garagens e Espaço Comercial (Nº9015/003506/2/91)	C G D	27.12.2002	341.555,00€	341.555,00€	124.385,84€	33.467,73€	183.701,43€
- Bairro da Fonte Nova (Brenha) Aquisição 34 fogos p/ arrendamento (Nº9015/003505/4/91)	C G D	27.12.2002	2.063.000,00€	2.063.000,00€	650.888,78€	132.635,08€	1.279.476,14€
- Bairro Hospital, S. Pedro - 2ªfase Construção 30 fogos p/ venda (Nº9015/003509/7/91)	C G D	27.12.2002	2.212.700,00€	2.212.700,00€	1.508.906,39€	703.793,61€	0,00€
- Bairro da Quinta das Recolhidas - 5ªfase Financiamento bonificado à aquisição 17 fogos p/ arrendamento (Nº9015/004079/1/91)	C G D	28.12.2004	795.566,20€	795.566,20€	240.446,95€	48.642,17€	506.477,08€
- Bairro da Quinta das Recolhidas - 5ªfase Financiamento não bonificado à aquisição 17 fogos p/ arrendamento (Nº 9015/004080/5/91)	C G D	28.12.2004	173.856,80€	173.856,80€	36.066,62€	17.816,16€	119.974,02€
- Bairro da Fonte Nova (Brenha) – Financiamento para amortização dos empréstimos Nº9015/002876/1/92 e Nº9015/003509/7/91	C G D	26.06.2015	6.200.000,00€	6.200.000,00€	0,00€	44.389,73€	6.155.610,27€
TOTAL			26.851.512,55€	26.753.198,04€	9.930.101,19€	5.465.091,55€	11.358.005,30€

O DOC
NSP



CONTRATOS DE LEASING E CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITOS EM 30.06.2015

CONTRATO	BANCO	DATA DO CONTRATO	VALOR DO EMPRÉSTIMO	MONTANTE UTILIZADO	AMORTIZAÇÕES ANOS ANTERIORES	AMORTIZAÇÕES DO 1º SEM./2015	SALDO
- Aquisição de 15 garagens na Quinta das Recolhidas							
Contrato de leasing nº 508134	C G D	28.11.2002	102.666,98€	102.666,98€	76.957,44€	4.022,38€	21.687,16€
- Aquisição de carrinha Renault Kangoo Express 2							
Contrato de locação financeira nº12515054001	RCI Banque	12.12.2012	9.349,29€	9.349,29€	5.654,37€	870,15€	2.824,77€
- Aquisição de carro Renault Clio 3							
Contrato de locação financeira nº12515053001	RCI Banque	20.12.2012	10.387,30€	10.387,30€	6.246,21€	804,99€	3.336,10€
- Bairro da Gala/Sidney-2ª fase Contrato cessão de créditos à aquisição de 47 fogos para arrendamento (Nº 9015/004592/0/91)							
	C G D	03.11.2005	2.580.000,00€	2.580.000,00€	1.084.800,00€	569.200,04€	925.999,96€
TOTAL			2.702.403,57€	2.702.403,57€	1.173.658,02€	574.897,56€	953.847,99€

Figueira da Foz, 27 de julho de 2015

O Conselho de Administração,

Presidente

António Joaquim Ribeiro da Silva Tavares

Administrador Executivo

Nuno Miguel Gaspar Gonçalves

Administrador Não Executivo

Hugo Manuel Ramos Rocha

O PDC
NSF

9. PARECER DO FISCAL ÚNICO



Sede: Praceta Raúl Proença, N° 3 - 4° Dt° - Damaia de Cima
2 720 - 004 Amadora
Telefones: + 351. 214.908.041 / 214.908.042 / 214.971.789
Telefax : + 351. 214.903.040
email: geral@sebastiao-sroc.pt
www.sebastiao-sroc.pt

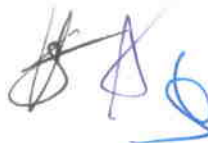
Relatório do Fiscal único sobre a informação financeira do 1º semestre de 2015

1. Procedemos, para efeitos do disposto na alínea h) do número 6, do artigo 25º da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, a uma revisão das demonstrações financeiras intercalares da **FIGUEIRA DOMUS—Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M.**, as quais compreendem o Balanço Intercalar reportado a 30 de Junho de 2015, (que evidencia um total de 16.616.241,29 euros e um total de Capital Próprio de 3.027.395,60 euros, incluindo um Resultado Líquido de 176.117,94 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo naquela data e a correspondente Demonstração dos Fluxos de Caixa, documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.
2. A elaboração destas demonstrações financeiras e da informação adicional é da responsabilidade do Conselho de Administração da **FIGUEIRA DOMUS, E.M.** A nossa responsabilidade é a de dar um parecer com base na nossa revisão, sobre estas demonstrações financeiras e informação adicional.
3. A nossa revisão foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeada e realizada uma revisão de forma a que se obtenha uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma revisão inclui, na base de amostragem, a verificação das evidências que suportam as quantias e informação divulgadas nas demonstrações financeiras, a avaliação das estimativas e julgamentos da Administração, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Inclui igualmente a verificação de as políticas contabilísticas serem adequadas, tendo em conta as circunstâncias, e haverem sido consistentemente aplicadas e apropriadamente divulgadas, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras. Com base no trabalho efectuado entendemos que o mesmo proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião.
4. Em nossa opinião as citadas demonstrações financeiras mencionadas e a informação financeira adicional apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **FIGUEIRA DOMUS—Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M.** em 30/06/2015 bem como os resultados das suas operações no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Damaia de Cima, 29 de Julho de 2015

Sebastião & Santos - SROC
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada pelo Sócio Responsável,



ANEXO I

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM P.O.C.) PARA HARMONIZAÇÃO COM AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PAG.1 de 1

CONTAS		jun-2015		jun-2014	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das merc. vend. e das mat. cons.				
612	Mercadorias	0,00 €		0,00 €	
613	Produtos Acabados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
62	Fornecimentos e serviços externos		100.150,18 €		101.072,21 €
64	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	123.389,50 €		103.692,07 €	
643	Encargos Sociais:				
645+646+647+648	Pensões	0,00 €		0,00 €	
66	Outros	42.182,61 €	165.572,11 €	38.260,18 €	141.952,25 €
67	Amortizações do imob. corp. e incorp.	143.060,70 €		145.427,94 €	
63	Provisões	0,00 €	143.060,70 €	0,00 €	145.427,94 €
65	Impostos	1.079,30 €		0,00 €	
	Outros custos operacionais	0,00 €	1.079,30 €	0,00 €	0,00 €
682	Perdas em empresas do grupo (A)		409.862,29 €		388.452,40 €
683	Amort. e prov. aplicações inv. financ.	0,00 €		0,00 €	
681/5/9	Juros e custos assimilados	0,00 €		0,00 €	
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	0,00 €		0,00 €	
	(C)	268.787,28 €	268.787,28 €	247.887,93 €	247.887,93 €
69	Custos e perdas extraordinários		678.649,57 €		636.340,33 €
	(E)		9.170,41 €		860,91 €
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		687.819,98 €		637.201,24 €
	(G)		51.131,02 €		76.514,71 €
88	Resultado líquido do exercício		738.951,00 €		713.715,95 €
			176.117,94 €		212.220,06 €
			915.068,94 €		925.936,01 €
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas de mercadorias e produtos	0,00 €		0,00 €	
72	Prestação de serviços	909.103,95 €	909.103,95 €	918.790,03 €	918.790,03 €
33+34+35+38	Variação da produção		0,00 €		0,00 €
75	Trabalhos para a própria empresa		0,00 €		0,00 €
73	Proveitos suplementares e outros	0,00 €		0,00 €	
74	Subsídios à exploração	1.006,14 €		3.466,10 €	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00 €	1.006,14 €	0,00 €	3.466,10 €
	(B)		910.110,09 €		922.256,13 €
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	0,00 €		0,00 €	
784	Rendimentos de participação de capital	0,00 €		0,00 €	
7812,7815,7816,783	Rendimentos de títulos negoc. e outras aplic. financ.	0,00 €		0,00 €	
7811/3/4/8 + 785/8	Outros juros e proveitos similares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	(D)				
79	Proveitos e ganhos extraordinários		910.110,09 €		922.256,13 €
	(F)		4.958,85 €		3.679,88 €
			915.068,94 €		925.936,01 €
RESUMO:	Resultados operacionais: (B) - (A)		500.247,80 €		533.803,73 €
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)		-268.787,28 €		-247.887,93 €
	Resultados Correntes: (D) - (C)		231.460,52 €		285.915,80 €
	Resultados antes dos impostos: (F) - (E)		227.248,96 €		288.734,77 €
	Resultado líquido do exercício: (F) - (G)		176.117,94 €		212.220,06 €

O DBC
 NSB

BALANÇO

CONTAS	ATIVO	jun-2015			jun-2014
	Fixo:	AB	AP	AL	AL
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas de investimento e de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
434	Trespases	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiant. por conta de imobiliz.incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e outros recursos naturais	28.801,43 €	0,00 €	28.801,43 €	28.801,43 €
422	Edifícios e outras construções	18.658.159,60 €	2.832.645,25 €	15.825.514,35 €	16.415.887,92 €
423	Equipamento básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
424	Equipamento de transporte	31.266,56 €	26.202,63 €	5.063,93 €	9.998,14 €
425	Ferramentas e utensílios	34.406,01 €	34.406,01 €	0,00 €	0,00 €
426	Equipamento administrativo	91.320,23 €	88.033,76 €	3.286,47 €	4.631,58 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	65.895,12 €	0,00 €	65.895,12 €	0,00 €
441/6	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
448	Adiant. por conta de imobilizações corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		18.909.848,95 €	2.981.287,65 €	15.928.561,30 €	16.459.319,07 €
	Investimentos financeiros				
4111/2	Partes de capital em empresas interligadas	0,00 €		0,00 €	0,00 €
4121/2+4131/2	Empréstimos a empresas interligadas	0,00 €		0,00 €	0,00 €
4113	Partes de capital em empresas participadas	0,00 €		0,00 €	0,00 €
4123+4133	Empréstimos a empresas participadas	0,00 €		0,00 €	0,00 €
4114+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	63,20 €	0,00 €	63,20 €	0,00 €
4124+4134	Outros empréstimos concedidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiant. Por conta de investim. financeiros	0,00 €		0,00 €	0,00 €
		63,20 €	0,00 €	63,20 €	0,00 €

Nota: AB - Ativo Bruto
AP - Amortizações / Provisões
AL - Ativo Líquido

Moeda: EURO

BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	jun-2015			jun-2014
		AB	AP	AL	AL
	Circulante:				
	Existências				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
34	Subprodutos, desperdício, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
33	Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	65.895,12 €
32	Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	65.895,12 €
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
211+214	Clientes, c/c	520.869,71 €	0,00 €	520.869,71 €	600.552,15 €
212	Clientes - Títulos a receber	0,00 €		0,00 €	0,00 €
218	Clientes de cobrança duvidosa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
252+253	Empresas interligadas	0,00 €		0,00 €	0,00 €
254	Empresas participadas	0,00 €		0,00 €	0,00 €
251+255	Restantes acionistas (sócios)	0,00 €		0,00 €	0,00 €
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00 €		0,00 €	0,00 €
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00 €		0,00 €	0,00 €
24	Estado e outros entes públicos	2.632,45 €		2.632,45 €	15.542,33 €
262+266/7/8+221	Outros devedores	48.917,31 €		48.917,31 €	40.716,30 €
264	Subscritores de capital	0,00 €		0,00 €	0,00 €
		572.419,47 €	0,00 €	572.419,47 €	656.810,78 €
	Títulos Negociáveis				
1511/2	Ações em empresas do grupo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1521/2	Obrigações em empresas interligadas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1512	Ações em empresas associadas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1522	Obrig. e tit. de partic. em empr. associadas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
153+159	Outros títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Outros empréstimos concedidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Depósitos bancários e caixa				
12+13+14	Depósitos bancários	70.782,81 €	0,00 €	70.782,81 €	83.712,51 €
11	Caixa	1.057,61 €	0,00 €	1.057,61 €	2.117,95 €
		71.840,42 €	0,00 €	71.840,42 €	85.830,46 €
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
272	Custos diferidos	18.499,82 €	0,00 €	18.499,82 €	17.962,96 €
276	Ativos por impostos diferidos	24.857,08 €	0,00 €	24.857,08 €	0,00 €
		43.356,90 €	0,00 €	43.356,90 €	17.962,96 €
	Total de amortizações		2.981.287,65 €		
	Total de provisões		0,00 €		
	Total do ativo	19.597.528,94 €	2.981.287,65 €	16.616.241,29 €	17.285.818,39 €

Nota: AB - Ativo Bruto

AP - Amortizações / Provisões

AL - Ativo Líquido



BALANÇO

PAG.1 DE 1

CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	jun-2015	jun-2014
	Capital		
51	Capital	1.790.217,00 €	1.790.217,00 €
521	Ações (quotas) próprias - Valor nominal	0,00 €	0,00 €
522	Ações (quotas) próprias - Descontos e prémios	0,00 €	0,00 €
53	Prestações suplementares	0,00 €	0,00 €
54	Prémios de emissão de ações (quotas)	0,00 €	0,00 €
55	Ajust. de partes de capital em filiais e associadas	0,00 €	0,00 €
56	Reservas de reavaliação	0,00 €	0,00 €
57	Reservas:	0,00 €	0,00 €
571	Reservas legais	53.268,26 €	45.645,80 €
572	Reservas estatutárias	0,00 €	0,00 €
573	Reservas contratuais	0,00 €	0,00 €
574	Reservas livres	341.827,13 €	341.827,13 €
577	Reservas para fins sociais	13.866,94 €	11.961,32 €
578	Autos de Cessão	891.466,13 €	891.466,13 €
579	Outras	0,00 €	0,00 €
59	Resultados transitados	-239.367,80 €	-306.064,34 €
88	Resultado líquido do exercício	176.117,94 €	212.220,06 €
89	Dividendos antecipados	0,00 €	0,00 €
	Total do capital próprio	3.027.395,60 €	2.987.273,10 €
	Passivo		
	Provisões para riscos e encargos		
291	Provisões para pensões	0,00 €	0,00 €
292	Provisões para impostos	0,00 €	0,00 €
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	422.000,00 €	250.000,00 €
		422.000,00 €	250.000,00 €
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
231+12	Dívidas a instituições de crédito	10.814.993,71 €	10.930.001,00 €
2611+2613/4	Fornecedores de imobilizado, c/c	689.999,96 €	1.052.000,00 €
		11.504.993,67 €	11.982.001,00 €
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
	Empréstimos por obrigações:		
2321	Convertíveis	0,00 €	0,00 €
2322	Não convertíveis	0,00 €	0,00 €
233	Empréstimos por títulos de participação	0,00 €	0,00 €
231+12	Dívidas a instituições de crédito	570.859,62 €	497.086,15 €
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00 €	0,00 €
221	Fornecedores, c/c	26.901,16 €	26.702,36 €
228	Fornecedores - Fat. Em receção e conferência	0,00 €	0,00 €
222	Fornecedores - Títulos a pagar	0,00 €	0,00 €
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0,00 €	0,00 €
252+253	Empresas interligadas	0,00 €	0,00 €
254	Empresas participadas	0,00 €	0,00 €
251+255	Outros acionistas (sócios)	0,00 €	0,00 €
219	Adiantamentos de clientes	0,00 €	0,00 €
239	Outros empréstimos obtidos	0,00 €	0,00 €
2611+2613/4	Fornecedores de imobilizado, c/c	718.362,20 €	925.562,20 €
24	Estado e outros entes públicos	67.324,76 €	95.396,97 €
262/3/5/7/8+211	Outros credores	137.642,45 €	134.940,08 €
		1.521.090,19 €	1.679.687,76 €
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimo de custos	121.125,25 €	368.674,06 €
274	Proveitos diferidos	19.636,58 €	18.182,47 €
		140.761,83 €	386.856,53 €
	Total do passivo	13.588.845,69 €	14.298.545,29 €
	Total do capital próprio e do passivo	16.616.241,29 €	17.285.818,39 €

O TOC
N515